

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA/MESTRADO**



LÚCIO OTAVIO ALVES OLIVEIRA

**EXPRESSÕES DE VIVÊNCIA DA DIMENSÃO RACIAL
DE PESSOAS BRANCAS: REPRESENTAÇÕES DE
BRANQUITUDE ENTRE INDIVÍDUOS BRANCOS**

Salvador

2007

LÚCIO OTAVIO ALVES OLIVEIRA

**EXPRESSÕES DE VIVÊNCIA DA DIMENSÃO RACIAL
DE PESSOAS BRANCAS: REPRESENTAÇÕES DE
BRANQUITUDE ENTRE INDIVÍDUOS BRANCOS**

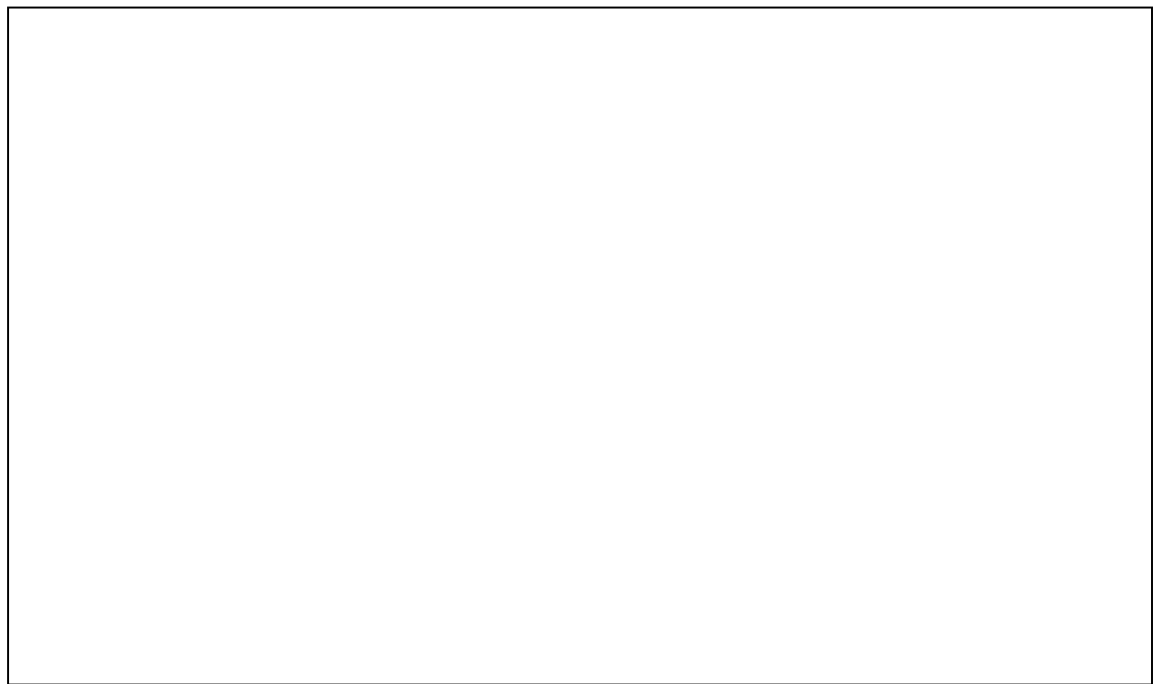
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Chaves

Salvador

2007

Aos meus pais, Bartolomeu e Edith, pelo amor, dedicação, cumplicidade, apoio e confiança, desde sempre.



UFBA - FFCH

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador desta dissertação, Antonio Marcos Chaves, por ter aceito enfrentar os desafios deste estudo, oportunizado independência e autonomia, e ter se feito presente em suas qualidades que muito contribuíram na minha caminhada durante o mestrado. Também pela compreensão dos momentos difíceis extra-acadêmicos que atravessei, pelo incentivo e reconhecimento dos meus esforços.

Ao professor Marcus Vinícius e os colegas participantes do grupo de Subjetividade e Relações Raciais pelas primeiras discussões e incursões coletivas, de debates, na relação dos saberes médico-psicológicos com a questão racial no Brasil, e pelo apoio e estímulo importantíssimos que antecederam o processo de seleção do mestrado.

Agradeço a Marilda Castelar por toda a generosidade, desde o princípio. Pela amizade, companheirismo, competência profissional e reconhecimento dos meus trabalhos. Estendo esse agradecimento aos seus alunos do Curso de Psicologia que fizeram/fazem parte do grupo de estudo de Psicologia e Racismo da Faculdade Baiana para o Desenvolvimento das Ciências.

À Marília Carvalho Soares pelas provocações positivas e também por ter proporcionado a experiência de compartilhar vivências que levaram às primeiras reflexões sobre a temática racial.

Aos colegas do Programa Raça, Gênero e Democracia nas Américas, que me acolheram de forma bastante generosa num momento importante da caminhada. Em especial a Edna, Raquel e Taynar.

Pelo estímulo e apoio ainda fase do anteprojeto, agradeço ao amigo Roberval Oliveira. Ao amigo Diógenes e aos meus amigos da Bugada pela força, pelos momentos de alegria e diversão e também por compreenderem as minhas ausências.

Agradeço a Olívia, Selma França e Célia Cajaíba. Também aos meus colegas de Mestrado, em especial a Ana Flávia, Cristiani, Marcos Joel, Marisa e Lusirose.

Pela oportunidade de vivenciar experiências relevantes que contribuíram para o amadurecimento do meu trabalho agradeço ao pessoal do Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra da Secretaria de Saúde do Município de Salvador; à equipe de psicólogas do Instituto AMMA Psique-Negritude (SP/PE); à Isabele Sanches, coordenadora do Projeto Ampliando Horizontes do CEAFFRO, e às alunas do projeto que participaram da pesquisa em 2004.

À professora Paula Barreto, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e todos os ex-colegas de disciplina.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela possibilidade de desenvolver o estudo, sua equipe de professores e funcionários.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão da bolsa-auxílio de Mestrado.

Um muito obrigado especial a todos os alunos e alunas da disciplina do tirocínio docente “Psicologia e Estudos sobre Racismo”.

Por fim, quero agradecer aos participantes entrevistados pela disponibilidade e colaboração para realização deste estudo.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
Lista de Tabelas.....	xi
Apresentação.....	12
1. Introdução.....	16
1.1 Objetivos.....	17
1.2 Justificativa.....	
2. Uma breve trajetória dos estudos sobre relações raciais no Brasil.....	22
2.1 A “Escola Paulista” e a Ideologia do Branqueamento.....	23
2.2 Estudos Críticos de Branquitude: uma reversão na análise e discussão das relações raciais.....	27
3. Etnicidade Branca.....	38
4. Articulação Teórica: Representações Sociais e Subjetividade.....	52
4.1 A persistência do dilema das desigualdades raciais.....	60
5. Considerações Metodológicas.....	66
5.1 Caracterização do instrumento.....	68
5.2 Seleção dos participantes.....	71
5.3 Caracterização dos participantes.....	72
5.4 Procedimento de coleta de dados.....	74
5.5 Caracterização do procedimento de coleta de dados.....	75
6. Resultados e Discussão.....	78
6.1 A “relativa” falta de consciência da própria racialidade e dos privilégios de ser branco.....	82
6.2 Combate à discriminação e promoção da igualdade racial: sentimentos e reverberações.....	92
6.3 Percepção do preconceito e discriminação racial na família: racismos de ontem, racismos de hoje, variações sobre um mesmo tema.....	97
6.4 Considerações sobre os resultados dos testes de evocação e de seleção das palavras principais.....	108

7. Considerações Finais.....	112
8. Referências.....	123
9. Anexos.....	128
9.1 Termo de Consentimento Informado.....	128
9.2 Roteiro de Entrevista.....	129
9.3 Teste de Evocação e Seleção das Palavras Principais.....	130
10. Apêndices.....	133

RESUMO

Uma das principais características da discriminação racial no Brasil é o não reconhecimento deste problema. Boa parte da literatura, da música e mesmo das Ciências Humanas e Políticas celebram e afirmam a igualdade e a importância comum de todas as raças. O contexto social multirracial brasileiro propicia dinâmicas bastante diferenciadas em termos da experiência subjetiva para negros e brancos. A marca da diferença começa bem cedo: em casa, na escola, na rua, ou seja, nos espaços de educação e socialização. Vicissitudes como essa fazem com que negros e afro-descendentes enfrentem inúmeros problemas de identidade, pois muitas vezes acabam tendo que se identificar com uma condição pré-definida como negativa ou inferior. A psicologia brasileira possui uma escassa produção acerca da temática racial, o que revela que a questão tem, na maioria das vezes, escapado ao olhar e aos cuidados dos profissionais de Psicologia. Histórica e persistentemente reitera-se que aspectos oriundos das desigualdades raciais, como o preconceito e a discriminação racial são problemas exclusivos dos negros, uma vez que somente eles são estudados e problematizados. Recentemente, foram desenvolvidos alguns estudos focalizando indivíduos brancos, o que se constitui em uma importante reflexão sobre o papel deles na manutenção das desigualdades raciais. O estudo do papel do branco nas relações raciais mostra-se importante, pois a construção de si mesmo e do outro são indissociáveis. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar representações sociais de branquitude entre indivíduos brancos; mais especificamente descrever e analisar representações sociais de brancos sobre si mesmos e os significados associados à branquitude, tendo como fundamento psicológico, os processos de mediação social e de subjetivação que irão conformar aquelas representações e vincular significados. Trata-se de um estudo exploratório de características de sentido subjetivo social que se expressam no regime discursivo, revelando práticas sociais. Tomamos o objeto das representações em uma delimitação produzida socialmente, que tem, em sua base, elementos de sentido pertencentes a uma subjetividade social e que permanecem ocultos com relação ao conteúdo explícito da representação. Através dos depoimentos de entrevistas de 8 (oito) estudantes de graduação, auto-identificados de cor/raça branca, do sexo masculino e feminino, dos cursos de Psicologia e de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Utilizando técnicas de análise do discurso, levantaram-se questões sobre como se constituem as representações e foram feitas as descrições e análises do conteúdo das mesmas. Com base nos padrões de respostas, associações de significado, da escuta das entrevistas e leitura da transcrição das mesmas, frequência e relevância dos temas surgidos, e nos objetivos e finalidades da pesquisa, surgiram três amplos temas: 1) a “relativa” falta de consciência da própria racialidade e dos privilégios de ser branco; 2) combate à discriminação e promoção da igualdade racial: sentimentos e reverberações; 3) percepção do preconceito e da discriminação racial na família. A capacidade representacional diz respeito a um sujeito psicológico, mas não pode ser entendida sem levarmos em conta a dimensão de alteridade. No caso do presente estudo, a análise dessa dimensão de alteridade trouxe informações de grande relevância para descrever e discorrer sobre os significados de pertencer a um grupo que não vivencia marcadamente a experiência racial em seu cotidiano. A utilização da técnica da entrevista e da análise de discurso também foram importantes para demonstrar que as representações sociais expressas nas entrevistas ultrapassam o trabalho individual do psiquismo e emergem como um fenômeno necessariamente colado ao tecido social. As representações sociais de branquitude foram marcadas pela re-apresentação arraigada de que ser branco é ser “normal”, pela não implicação com a problemática racial; minimização da importância do aspecto racial na experiência cotidiana, desidentificando a si mesmo e ao grupo (evasão de poder), pessoas desracializadas, mas que possuem conhecimento de uma geografia racial do outro; não reconhecimento, minimização de privilégios oriundos das desigualdades raciais; proteção do núcleo familiar; argumentação da presença do racismo em gerações passadas, mais do que na geração presente.

Palavras-chave: branquitude, representações sociais, discriminação racial, subjetividade, Psicologia Social.

ABSTRACT

One of the main characteristics of the racial discriminations in Brazil is not the recognition of the problem. Great part of literary works, songs and even academic research in the Social and Political Sciences celebrate and affirm racial equality and the value of all races. The Brazilian multiracial social context allows for rather different dynamics in terms of the subjective experience for blacks and whites. The mark of difference begins early: at home, at school, in the streets, in other words, in educational and social spaces. Due to vicissitudes like that Blacks and people of African descent face innumerable identity problems, because they many times have to identify themselves with a condition pre-defined as negative or inferior. There is a scarcity of works dedicated to exploring racial issues in Brazil within the field of Psychology, which reveals that the subject matter has most of the times been partially or completely neglected by the professionals in the field. Historically, it has been persistently reiterated that aspects originated in racial inequalities, such as prejudice and racial discrimination are problems exclusive to blacks. That reiteration is a result of the fact that people of African descent are often the ones who are studied and problematized in such types of investigation. However, recently, some studies focusing on white subjects have been developed, which constitutes an important reflection about their role in maintaining racial inequalities. The study of the role of whites in race relations is highly relevant, since the construction of oneself and of the other are indissociable. The overall goal of this research was to investigate the social representations of whiteness among white individuals. More specifically, it aimed at describing and analyzing social representations of whites about themselves, and the meanings associated to whiteness. The psychological fundament of the present investigation consists of the process of social mediation and subjectivation that will conform those representations and link their meanings. This exploratory study is characterized by subjective social meanings that are expressed in the discursive regime that reveals social practices. In this study, the object of the representations is taken in a delimitation that is socially produced. That delimitation has in its foundation elements of meaning that belong to a racial subjectivity which remain hidden in relationship to the explicit content of the representation. The data analyzed in this study was provided by 8 (eight) female and male graduate students who enrolled in Psychology and Social Sciences courses at the Federal University of Bahia, and who self-identified as white in terms of their race/skin color. Using discourse analysis techniques, questions were raised regarding how representations are constituted, and a description, as well as an analysis of their content, was provided. Based on patterns found in informants' answers, on associations of meanings, listening, transcription and reading of the interviews, and also taking into consideration the frequency and relevance of the topics that emerged according to the aims and purposes of the research, three broad themes appeared: 1) the "relative" lack of awareness about one's own racial background and the privileges of having white skin; 2) combating racial discrimination and promoting racial equality: feeling and reverberations; 3) perception of prejudice and racial discrimination within the family. The representational capacity relates to a psychological subject, but it may not be fully understood if dimension of alterity is not taken into consideration. In the case of the present study, the analysis of that dimension has brought information of great relevance in describing and expatiating about the meanings of belonging to a group that does not explicitly live the racial experience in its daily life. The utilization of the interviewing technique and the employment of discourse analysis were also important in demonstrating that social representations expressed in the interviews surpass the individual work of psychism. They show that these social representations emerge as a phenomenon that is necessarily linked to the social fabric. The social representations of whiteness were marked by the ingrained re-presentation that being white is to be "normal", and it does not have any implications with racial issues. They were also marked by the minimization of the importance of the racial aspect in daily experiences, de-identifying oneself and the group (evasion of power). Moreover, those social representations were marked by deracialized people who demonstrate knowledge of the racial geography of the other, nevertheless, and also marked by the non recognition and minimization of the privileges derived from racial inequalities. Lastly, the social representations were marked by the protection of the family nucleus, arguing that racism existed in previous generations, and that it absent in the present.

Keywords: whiteness, social representations, racial discrimination, subjectivity, Social Psychology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos participantes.....	73
Tabela 2 - Expressões associadas às palavras indutoras e palavras principais, discriminadas por participantes.....	109

APRESENTAÇÃO

Os capítulos da dissertação foram estruturados de modo que se pudesse fazer um acompanhamento da abordagem teórico-metodológica da temática em foco. Desta maneira, se acredita poder proporcionar ao leitor não somente uma leitura inteligível e de apropriação progressiva dos entornos do estudo, mas também um entendimento com razoável grau de coesão e harmonia entre os objetivos e os resultados.

Na Introdução, no Capítulo 1, pontuamos brevemente a questão do preconceito e da discriminação racial na sociedade brasileira, apontando para o seu não reconhecimento como um problema existente e persistente e, também, para os aspectos de natureza psicológica nele implicados e que mereceriam uma atenção, que não tem sido oferecida pela psicologia brasileira em suas várias vertentes. Ressalta-se também a produção bastante escassa de pesquisas que contemplam a temática racial, praticamente, nos últimos vinte anos (1987-2006), e a importância de levar em conta nos estudos a focalização nos indivíduos brancos para se compreender melhor as *nuances* das desigualdades raciais, bem como o papel deles nessa situação.

Sem a intenção de exaurir, no Capítulo 2 fizemos uma breve explanação, bem mais de cunho caracterizador, dos estudos representativos de relações raciais no Brasil, produzidos nos finais do século XIX, passando pelos estudos da “escola paulista” da USP, que veio a revelar uma nova interpretação da realidade racial brasileira, apresentando ideologias mantenedoras da situação de desvantagem sócio-econômica, e danosas em seus vários efeitos psicossociais

para a população negra brasileira. Passamos à introdução dos estudos críticos de branquitude, tratando do seu importante papel de reversão na análise e discussão das relações raciais. Demarcando que é fundamental colocar a branquitude no centro do debate das relações raciais, e que isto cumpre a importante tarefa de quebrar com a vitimização paralisante imputada ao negro e impregnada no binário negro-branco dos muitos estudos que se fizeram. Binário este que também vai sofrer um abalo em suas estruturas, pois quando conjugado a este conceito, passamos a outras dimensões e esferas de discussão e argumentação.

No Capítulo 3 tratamos o tema da etnicidade de forma a provocar e preparar a discussão que seguirá na análise dos resultados. A denominação e caracterização dos “outros estranhos” com os quais se mantinha contato em terras descobertas no período colonial-imperialista e os esforços de uma “classificação” dos povos, empreendidos na era Moderna, foram processos levados a cabo eminentemente pelos “portadores” da branquitude. Continuando a discussão, introduzindo variações, já que não nos interessava a resposta simples e direta para a intrigante pergunta formulada a partir dos autores que foram tomados como referência, indagamos: sendo a etnicidade um processo contínuo de dicotomização entre membros (*insiders*) e *outsiders*, e que requer ser expressa e validada na interação social, onde estão as etnicidades brancas?

No Capítulo 4 procedemos à articulação teórica entre a teoria psicossocial das representações sociais e subjetividade, que serviu de suporte juntamente com os estudos críticos de branquitude para análise e interpretação dos dados. Situamos as representações sociais enquanto fenômenos na interface entre o

psicológico e o social, concorrendo para a construção social da realidade. Interessou-nos focalizar o caráter das práticas das pessoas como elemento que permitisse analisar informações ocultas sobre as representações sociais. Entendendo que são verdadeiras produções sociais que expressam elementos de sentido muito variados sobre as realidades sociais nas quais emergem e por esse motivo adquirem um valor extraordinário para o estudo da sociedade.

O Capítulo 5 é subdividido em cinco seções que abrangem e descrevem as considerações metodológicas em torno do estudo: caracterização do instrumento; seleção dos participantes; caracterização dos participantes; procedimento de coleta de dados; caracterização do procedimento de análise dos dados;

Os resultados obtidos através dos depoimentos das entrevistas são discutidos no Capítulo 6, organizados em três amplos temas que surgiram a partir de critérios como: padrões de respostas, associações, frequência e relevância, conjugados com os objetivos e finalidades do estudo.

No Capítulo 7 são reportadas as Considerações Finais. Discorre-se sobre alguns aspectos relevantes que surgiram a partir do contato, paulatino, que os participantes fizeram com suas próprias racialidades durante as entrevistas. Em termos da sua experiência de vivência da dimensão racial, de como ela se dá; e das representações sociais de branquitude que os participantes assumem para si e que os neutraliza racialmente, enquanto marca o outro, e o faz visível, racialmente marcado. Tais representações se constituem em um saber efetivamente praticado, implicadas na prática social de um grupo e entrelaçadas

pela sua emergência histórica, na trajetória de uma sociedade, e que se fazem presentes.

Por fim, há um apêndice indispensável para completar a dissertação e que agregou valor à experiência durante o Mestrado. Trata-se de um breve relato da disciplina de tirocínio docente (FCH-417: Psicologia e Estudos sobre Racismo), proposta e conduzida pelo mestrando no semestre 2005.2.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país de maior população negra fora da África. Salvador é a cidade brasileira, proporcionalmente ao número de habitantes, com a maior população negra do Brasil. Os valores e referências da cultura africana se fazem presentes e atuantes no processo de desenvolvimento da identidade e da cidadania. Entretanto, ao mesmo tempo, o brasileiro está submetido a uma “ideologia do branqueamento”, que freqüentemente é considerada como um problema do negro, que se sentindo desconfortável e descontente com a sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais (Bento, 2003).

Uma das principais características da discriminação racial no Brasil é o não reconhecimento deste problema. Boa parte da literatura, da música e mesmo das Ciências Humanas e Políticas celebram e afirmam a igualdade e a importância comum de todas as raças. Dessa forma, mantém-se a situação de discriminação racial e de desigualdades sociais intacta.

O contexto social multirracial brasileiro propicia dinâmicas bastante diferenciadas em termos da experiência subjetiva para negros e brancos. A marca da diferença começa bem cedo: em casa, na escola, na rua, ou seja, nos espaços de educação e socialização. Não é difícil vislumbrar que negros e afro-

descendentes enfrentem inúmeros problemas de identidade. Afinal, acabam tendo que se identificar com uma condição pré-definida como negativa ou inferior.

1.1 OBJETIVOS

Dentro desse contexto, a proposta desta pesquisa é analisar questões presentes nas relações raciais, particularmente, o fenômeno da branquitude, à luz da teoria psicossocial das representações sociais e dos estudos críticos de branquitude, com o intuito de fornecer subsídios para a compreensão do problema em pauta.

O objetivo geral desta pesquisa é o de investigar representações sociais de branquitude entre indivíduos brancos; mais especificamente descrever e analisar representações sociais de brancos sobre si mesmos e os significados associados à branquitude, tendo como fundamento psicológico os processos de mediação social e de subjetivação que irão conformar aquelas representações e vincular significados.

1.2 JUSTIFICATIVA

As formas mais explícitas de preconceito e discriminação, que se podem observar, devem ser vistas como fenômenos relativamente mais objetivos do que se costuma chamar de preconceito racial. A parte mais profunda e mais difícil de investigar corresponde aos preconceitos não manifestados, embora presentes na cabeça das pessoas, assim como as conseqüências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das mesmas. As vítimas do preconceito e da discriminação

raciais – negros e brancos – mereceriam a atenção de uma ciência psicológica tanto no plano individual quanto no plano coletivo, sob o olhar de uma Psicologia Social (Munanga, 2003).

O Movimento Negro, através de seus representantes atuais, bem como expoentes históricos a exemplo de Abdias do Nascimento e o sociólogo Guerreiro Ramos, tem colocado o desafio do combate ao racismo e à discriminação racial no país. Estes atores sociais entendem que é importante uma investigação das dimensões subjetivas presentes na manutenção do racismo para o enfrentamento destas questões.

Isso pode ser interpretado como uma solicitação à Psicologia para colocar o seu saber e a sua prática a serviço do entendimento das questões que envolvem as relações raciais. Contudo, pouco tem sido produzido pela Psicologia brasileira acerca da temática afro-descendente.

Segundo um levantamento feito por Ferreira (1999), de quase 5 (cinco) mil artigos, entre periódicos, dissertações e teses de Psicologia produzidas no Brasil de 1987 a 1995, foram encontrados apenas 12 (doze) trabalhos que de alguma forma contemplavam a temática.

Com o objetivo de traçar um quadro mais atualizado das publicações sobre a temática negra, em periódicos de Psicologia, Chaves (2006) realizou um levantamento nas revistas disponíveis no portal de periódicos da CAPES¹, acesso livre. Observou-se que no período analisado (janeiro de 1997 a fevereiro de 2006)

¹ CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior.

foram publicados 1.833 artigos nas 15 revistas científicas analisadas, mas, desse total, apenas dezesseis focalizaram temáticas do negro, o que perfaz um percentual de apenas 0,87% das publicações, nas referidas revistas.

O fato de haver uma escassa produção do tema na Psicologia brasileira revela que a questão tem, na maioria das vezes, escapado ao olhar e aos cuidados dos profissionais de Psicologia. Estes profissionais são produtos de uma sociedade na qual há uma grande dificuldade em abordar o tema das relações raciais para discuti-lo. Acredita-se em uma sociedade desracializada, tendo as tensões e as desigualdades raciais existido em tempos passados e se resolvido pela miscigenação. Portanto, pode-se dizer que há um impedimento de acesso epistemológico no que diz respeito à questão das relações raciais (Silva, 2001).

Tal impedimento tem raízes naquilo que no Brasil se convencionou chamar de *mito da democracia racial*, que está inserido em um problema maior que é o da identidade nacional. Conforme Silva (2001), é como se não fosse preciso estudar esse assunto, já que ele “não” se constitui em um problema importante.

Os alicerces desse mito estão no caminho iniciado pela Medicina no Brasil (pelos saberes médico-psicológicos), tendo como fortes referências os trabalhos de Nina Rodrigues e do seu discípulo Arthur Ramos. Posteriormente, o sociólogo Gilberto Freyre elevou a mestiçagem à categoria de “dispositivo para a solução” das tensões raciais no Brasil (Silva, 2001).

Recentemente, alguns autores (Bento, 2003; Piza, 2003) desenvolveram estudos focalizando indivíduos brancos, o que se constitui em uma importante

reflexão sobre o papel deles na manutenção das desigualdades raciais, pois histórica e persistentemente, reitera-se que tais desigualdades são problemas exclusivos dos negros, uma vez que somente eles são estudados e problematizados. O estudo do papel do branco nas relações raciais mostra-se importante, pois a construção de si mesmo e do outro são indissociáveis (Arruda, 2002).

A partir do seu estudo, Piza (1998, citada por Bento, 2003) destaca alguns pontos que caracterizam a branquitude: algo consciente somente para as pessoas negras; um silêncio em torno da raça; raça vista como hierarquia; fronteiras elaboradas e contraditórias entre negros e brancos; contexto de ideologia e de prática da supremacia, independente de classe social; desconforto dos brancos ao abordar assuntos raciais; se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar.

É preciso reconhecer a existência do problema das desigualdades raciais e suas conseqüências, para que se possa pensar ações de intervenção. Nesse sentido, estudos que abordem as relações raciais, tratando dos seus contornos e características, se fazem importantes e necessários.

Para melhor compreender as *nuances* das relações raciais no Brasil, é importante investigar como se constrói e se sustenta o processo de reprodução de discriminação a partir da relação entre negros e brancos. Cabe perguntar:

1. Quais seriam os elementos que compõem os alicerces da percepção dos brancos em relação a si mesmos e em relação aos negros ?

2. Como se dá a vivência da dimensão racial para os brancos? Quais os significados que estão atrelados a suas próprias racialidades? Como pensam, definem raça, racismo?

Com isto, pretende-se apreender alguns aspectos que envolvem as relações que essas pessoas mantêm consigo, com o grupo ao qual consideram pertencer e com o grupo afro-descendente.

Dessa forma, poder-se-á contribuir para preencher uma grande lacuna no escopo de estudos da psicologia brasileira e também fornecer subsídios para reflexão em torno da implementação de possíveis projetos de ações de combate às conseqüências da discriminação racial.

CAPÍTULO 2

UMA BREVE TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Em fins do século XIX, surgiram os primeiros trabalhos considerados representativos do que se pode chamar de uma embrionária antropologia e sociologia brasileira que tratavam do negro. Guerreiro Ramos, em seu livro intitulado *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, distingue duas importantes correntes (Ramos, 1957).

A primeira delas inicia-se na obra de Sylvio Romero, continua nas obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana, e caracteriza-se pela atitude crítico-assimilativa, praticamente de imitação da ciência social estrangeira. Obviamente, estes autores guardavam particularidades em suas orientações, mas todos estavam mais interessados na teorização de um tipo étnico brasileiro e o tratamento dado ao negro, embora ressaltassem a sua importância na composição racial da população, fomentaram a percepção do negro como elemento exótico ou estranho na comunidade.

A segunda corrente, que mais focalizou o ponto histórico e científico da época, tem como destaque os trabalhos do médico maranhense-baiano Nina Rodrigues, considerado seu fundador, e continuou nas obras do seu discípulo Arthur Ramos, de Gilberto Freyre e outros. Nesta acepção, o negro tornou-se “assunto”, tema de especialistas, e estudos pormenorizados fizeram com que

parcelas da população atentassem para os chamados afro-brasileiros. Assim, se acentuavam minuciosamente as singularidades dos negros em comparação com os outros contingentes étnicos nacionais. Os trabalhos dessa última corrente foram fortemente influenciados pela noção de raça (das escolas européias e norte-americanas), impregnados de conotações depreciativas e ideologicamente não depuradas. Exemplo disso são os trabalhos de Nina Rodrigues, *O Animismo Fetichista entre os Negros e As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (Ramos, 1957).

Esses estudos focalizavam a sua atenção sobre o negro, seja como raça influente no devir, no processo da sociedade brasileira, seja como elemento indesejável, degenerativo das virtudes da raça branca, configurando-se em uma alienante apologia à brancura (projeto de eugenia). Dessa forma, todos esses estudiosos trataram o negro da mesma forma, “como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil” (Ramos, 1957, p. 148).

2.1 A “ESCOLA PAULISTA” E A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO

Nos anos 50, com a ajuda financeira da UNESCO, iniciou-se, de acordo com Carone (2003, p. 13), “o maior empreendimento científico de compreensão das relações raciais no Brasil”, cujo objetivo era desenvolver estudos numa cultura multirracial a fim de conhecê-la em suas diferenças, prováveis tensões, e evitar a repetição de experiências atroztes de caráter eugenístico tal como havia se dado há poucos anos na Alemanha nazista. Dessa iniciativa, originou-se a literatura

sociológica brasileira produzida pela chamada “escola paulista”, da Universidade de São Paulo.

Esses estudos promoveram um grande avanço “na visão de conjunto da falsa democracia racial brasileira, com base nos estudos de campo e levantamentos históricos analisados, de modo geral, por um viés teórico funcionalista ou marxista” (Carone, 2003, p. 13). Algo problemático já apontado neste viés teórico marxista, é que ele “subtraiu de sua análise da relação social de trabalho no capitalismo todas as formas de coerção não-econômicas que pudessem conspurcar essa relação (o gênero, a etnia, a idade, a raça, a religião, a nacionalidade, etc.)” (Guimarães, 2002, p.9). Utilizaram, ainda, “o argumento político erroneamente derivado dessa análise em abstrato [...] de que as classes sociais capitalistas se formam prescindindo de qualquer uma daquelas formas de sociabilidade, consideradas aí como formas arcaicas, a serem superadas pelo próprio regime capitalista” (Guimarães, 2002, p.10).

Dessa nova interpretação da realidade racial brasileira feita pela “escola paulista”, que já não era influenciada pela visão luso-tropicalista de Gilberto Freyre, surgiu o conceito de *ideologia do branqueamento*. Num primeiro nível, o branqueamento pode ser entendido como resultante da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial. O que fez aumentar, em número proporcionalmente superior, os mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira. Mas, o branqueamento também não pode deixar de ser entendido como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo no período pós-abolição da

Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e no seu pensamento, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social (Carone, 2003, p. 14).

A partir dos estudos da “escola paulista”, o branqueamento passa a ter um outro tratamento, feito por um grupo de estudiosos tais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Roger Bastide. Nesta nova perspectiva, a revolução burguesa, de acordo com Bento (2003), é tratada como um fenômeno estrutural, “cujos interesses em formação e expansão no Brasil apontavam novas formas de organização do poder” (p. 48). Os intelectuais da “escola paulista” “procuraram contextualizar a situação do trabalhador negro e iniciaram um processo de desmistificação da democracia racial brasileira” (p. 48). Falou-se sobre a indignação com o racismo, a violência da escravidão e as conseqüências desta violência sobre o negro, mas o branco, como branco, praticamente foi deixado de fora dessas análises (Bento, 2003).

Não se levantou a possibilidade de uma deformação que a escravidão possa ter provocado na personalidade do branco. E em primeiro plano, já se pode adiantar, como cita Bento (2003) ao se referir ao livro *A Integração do negro na sociedade brasileira*, de Florestan Fernandes, “que a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética. Como um estudioso da sua envergadura pôde deixar de analisar detidamente essa dimensão tão explícita do grupo branco, ao mesmo tempo em que se conseguiu debruçar-se sobre a ‘deformidade’ negra?” (p. 49).

Seguindo a tradição de analisar um problema dos negros, as tentativas de integração e ascensão social feita por estes foram interpretadas como sintoma de seu desejo de branquear, uma vez que a sociedade de classes foi definida como “mundo dos brancos”. Branqueamento e ascensão social são inseparáveis quando relacionados ao negro, e naquele “mundo” ele não deve penetrar.

Enfim, vemos que a partir da perspectiva dos estudiosos da chamada “escola paulista”, constata-se como o branqueamento é legitimado como um problema do negro e expressa uma forma de manipulação do negro, visando a integração e a ascensão sociais. Permaneceu ainda a dificuldade de olhar para o grupo branco.

No entanto, de acordo com Bento (2003, p. 52), “o desejo de ‘europeização’ expresso por aquela elite integrante do ‘mundo dos brancos’ evidencia que o desconforto com a condição racial não é exclusivo dos negros, mas o próprio ‘branco’ brasileiro desejava e deseja ainda hoje (vide os meios de comunicação de massa) perder-se no Outro, o europeu ou o norte-americano. Assim, vemos que o problema do branqueamento torna-se uma questão que atinge a todos os brasileiros”.

O compromisso com a pesquisa social e o trabalho produzido por esses estudiosos, principalmente Florestan Fernandes em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes*, revelou uma sociedade bastante desigual. E justamente devido a esse caráter de excelência dessas produções, os resultados dos estudos permitem analisar algumas das dimensões da branquitude no Brasil.

O tratamento singelo do papel que o branco ocupa, como branco, na perpetuação das desigualdades raciais, ou mesmo sua omissão, que se observa nas publicações desses autores (que foram muito citados nos textos de outros pesquisadores), auxilia a compreender alguns sinais da branquitude.

2.2 ESTUDOS CRÍTICOS DE BRANQUITUDE: UMA REVERSÃO NA ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS

Em 1957, no livro *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, o sociólogo Guerreiro Ramos dedica dois capítulos para comentar a literatura de cunho sócio-antropológico que tratava do problema do negro no Brasil, incluindo aí os autores estrangeiros também. Ele chamou a atenção para a proliferação de estudos sobre o negro tratando-o como tema, que difere do que chama de “negro-vida”, que se apresentava sob vários aspectos, de muitas e variadas formas de expressão de vida, que não se deixa imobilizar (Ramos, 1957).

O pontapé inicial dos estudos de branquitude (a representação do branco como padrão universal de humanidade) no Brasil pode ser referenciado nesta obra, quando Guerreiro Ramos, de forma perspicaz e lúcida, escreve que “a multiplicação de estudos do negro por ‘brancos’ brasileiros, sobretudo do Norte e do Nordeste, era sintoma de uma *patologia branca* da sociedade brasileira” (Sovik, 2004, p. 366).

Processo de espoliação notadamente suportado por aspectos psicológicos, a substância daqueles estudos se constituía “na afirmação dogmática da

excelência da branca ou a degradação estética da cor negra” (Ramos, 1957 citado por Sovik, 2004, p. 367).

Autores clássicos como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Sylvio Romero, Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, todos estes tiveram a sua obra analisada por ele, que utiliza um termo bem aplicado ao contexto nacional para classificá-las de *protesto*. Porque ao escreverem sobre o negro, e somente sobre ele, estavam também protestando em favor da sua branca e contra a sua condição não-genuína de ‘brancos’ (Ramos, 1957).

Deve-se ressaltar que a noção de *protesto* utilizada por ele vem da psicologia adleriana, e “surge quando um sentimento de inferioridade convive com um desejo de superioridade. A patologia-protesto consiste no ‘branco’, que não é branco segundo critérios europeus, afirmar-se por duas vias: lembrando ansiosamente seus antepassados europeus e estudando o negro, ao lado de quem sua branca é ressaltada” (Sovik, 2004, p.367).

Guerreiro Ramos fez uma manobra de deslocamento notável na discussão sobre o problema do negro. Ao assinalar que havia divergências entre as dimensões dos “fatos” e da “estética”, ele a transpõe do campo da biologia/genética para o da imagem (representação) (Sovik, 2004). A branca era exaltada no plano ideológico como critério de estética social. No entanto, a sociedade brasileira tinha predominantemente, nela distribuída de cima a baixo, uma camada de origem negra (Ramos, 1957).

Pelo que foi exposto até aqui, não é imprudente dizer que no Brasil o “problema do negro” é também um problema de nacionalidade. Como afirma Bento (2003, p. 52): “Não temos só um problema de perda de identidade negra, mas um problema de nacionalidade: quem quer ser brasileiro? Como o negro brasileiro se representa e é representado? Como o branco brasileiro se representa e é representado?”.

Dessa maneira, não se pode prescindir da investigação da branquitude e esta não é uma tarefa fácil, pois ela se confunde e se entranha com outros “eixos” (sua co-constituição com nacionalidade, classe, etnicidade e cultura) que comumente costumam ser tomados para analisar e explicar a discriminação racial, na maioria das vezes objetivando diminuir o seu impacto danoso sobre os afro-descendentes, ou até mesmo negar a sua existência em nosso país.

Para que prossigamos falando da branquitude, é importante fazer, brevemente, dois comentários sobre esta obra de Guerreiro Ramos. Primeiro, que escapou ao olhar dele o questionamento dos valores que embasavam o desprezo dos observadores europeus (muito citados como referência pelos autores nacionais) que escreviam sobre a degenerada mestiçagem brasileira. Segundo, ele previa que, paulatinamente, a memória da escravidão iria perder o seu vigor, e, na medida em que isso ocorresse, haveria uma crescente integração social. Praticamente 50 anos mais tarde, não é muito difícil vermos que a sociedade brasileira não se orientou para tal potencial de superação e progresso, e percebe-se que a mudança e a melhora nem sempre são companheiras (Sovik, 2004).

Os movimentos negros brasileiros têm cada vez mais chamado a atenção para a importância de se considerar a racialização em nosso cotidiano, ainda bastante negada, no combate à discriminação racial, bem como têm feito propostas de prevenção do racismo através da conscientização e mesmo pedido reparação pelos séculos de injustiça. Não somente, mas como consequência dessas pressões, e de seus efeitos no contexto social, político e cultural, hoje o branco brasileiro tenta manter a vigilância para ter um discurso politicamente correto quanto ao racismo e parece não se constranger com as marcas da miscigenação. Afirma que aqui neste país todos são mestiços ou que ninguém é branco de verdade, valoriza manifestações culturais de origem afro-brasileira, por vezes participando, e se reconhece com uma expressão facial que não pode, com certeza, chamar de orgulho: a existência de ascendentes negros em sua família.

Basicamente, isso não afeta o poder e a hegemonia da branquitude. Permanece um lugar de fala confortável, disfarçado, protegido em suas prerrogativas. Há situações paradoxais e contraditórias, que denotam a necessidade de ampliar o arcabouço das investigações e abordagens dos estudos de relações raciais no Brasil, principalmente no sentido de reverter a discussão, tradicionalmente focada na negritude. O que acontece com a cultura afro-baiana na cidade de Salvador ilustra muito bem como as aparências enganam. Temos aqui, ano após ano, um grande fluxo de turistas que vêm atraídos por propagandas oficiais (e algumas delas são veiculadas somente em outros estados e países) que mostram a terra da mistura, da convivência pacífica, sem tensões, entre diferentes raças, aspectos que são também relatados pela literatura e pela

música brasileiras. Temos, também, políticas culturais oficiais que tencionam valorizar a cultura negra, porém insuflando um consumo, mais do que verdadeiramente fomentando as suas manifestações. Contudo, curiosamente, o não-lugar do negro no centro do poder da Bahia está assegurado. O que ocorre hoje, haja vista que essa política oficial já começou a penetrar as esferas formais e informais, públicas e privadas, é que a esta altura, todos os filhos dessa terra, brancos ou negros, se afirmam igualmente filhos da mãe África (Sovik, 2004).

Reverter a discussão sobre relações raciais no Brasil, colocando a branquitude no centro do debate, é, antes de qualquer coisa, uma manobra fundamental para o avanço na luta por uma sociedade mais igualitária. A importância deste novo direcionamento da discussão das relações raciais, com a formulação e a aplicação do conceito de branquitude nos Estados Unidos, de acordo com (Rachleff, 2004), “alterou profundamente o modo como muitos estudiosos e ativistas discutem a raça (p. 97)”.

Semelhante movimento começa a ocorrer no Brasil. Essa é uma nova discussão que vem ganhando espaço, gerando produções e efeitos, e começou a acontecer no Brasil mais especificamente na segunda metade dos anos 90, a partir de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, intitulada *A força psicológica do legado social do branqueamento – Um estudo sobre a negritude em São Paulo*.

Essa pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 1992 e 1996. Até 1994, a pesquisa teve como subsídios bibliográficos “a literatura corrente escrita por

brancos a respeito dos negros no Brasil” (Carone, 2003, p. 22). Um segundo momento começou com a crítica dessa literatura. Conseqüentemente, os pesquisadores se viram privados dos elementos conceituais, métodos e técnicas empregados nas investigações daquela literatura, sendo “obrigados a dar uma verdadeira guinada na busca do conhecimento” (Carone, 2003, p. 22). E nesse momento de grandes lacunas, o intercâmbio com pesquisadores norte-americanos foi crucial, uma vez que desde o início dos anos 90 havia começado nos Estados Unidos uma larga e consistente produção dos chamados *whiteness studies* (estudos críticos de branquitude).

Até então, segundo afirma Bento (2003, p. 41), “os estudos realizados no Brasil silenciavam sobre o branco e não abordavam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios”, sendo esse conceito, aqui entendido como um lugar de fala confortável, privilegiado e inominado (Frankenberg, 1999). A guinada resulta em grandes alterações.

A raça passa a ser tomada como processo, não como coisa. Esse detalhe é crucial para a compreensão dessa noção, as redefinições que gera e, dentro dela, o conceito de branquitude (Frankenberg, 2001). A raça conjuga-se ao histórico, ao político e ao pessoal. Mas ao mesmo tempo ela é um construto, uma invenção que mudou (e pode mudar) em sua essência ao longo do tempo e conforme as circunstâncias históricas.

Frankenberg (2001, p. 73) ressalta a importância de analisar “a raça como uma constelação de processos e práticas, e não como uma entidade delimitada”. Lembra, também, a importância de se considerar a história, o processo e a mudança. Nesta concepção, raça como construto social é transformável e maleável. Desse modo, os racismos têm raízes profundas no processo histórico. A raça não tem a sua emergência no momento histórico presente e nem se concentra nele.

Ao examinar criticamente a branquitude, enfrentamos o grande desafio de nos atermos à não-concretude (irrealidade) da raça, ao mesmo tempo em que temos que apreender e reconhecer os seus efeitos sumamente reais. Conforme Frankenberg (2001), é preciso manter um tipo de vigilância particular, pois, apesar da temática racial imediatamente evocar a dicotomia *negro - branco*, a noção de raça que circula e se sustenta em nossa sociedade, os racismos nela existentes e, principalmente, o caráter hegemônico da branquitude, são complexos difíceis de serem dissecados.

Tal como a negritude, a branquitude não pode ser adequadamente analisada adotando-se um prisma estereotípico. É importante chamar a atenção para o fato de que os termos “raça” e “branco” foram gerados pelo imperialismo, conseqüente ao processo colonialista. Frankenberg (2001) alerta que “não é o caso de que a palavra ‘raça’ era previamente ‘neutra’, ‘pura’, e que tenha sido ‘corrompida’ pelo colonialismo. Do mesmo modo, não é verdade que uma idéia mais ou menos benigna da ‘branquitude’ tenha se tornado maligna com a marcha da história” (p. 74).

Fica claro que, inevitavelmente, esbarraremos em deturpações ilusórias resultantes das relações colonialistas ao estudarmos a branquitude. Aliás, o mesmo se aplica aos termos negritude, latinidade e assim por diante. Ainda citando Frankenberg (2001, p. 74): “estamos todos imersos nas águas da história, e essas águas são bastante turvas”.

As construções que deram e dão significado ao negro, ao índio, possuem uma boa dose de invenção. E aí, é importante atrelar a inventividade também à branquitude (hegemônica), que começa a se fazer visível, marcada, e mostrar o seu lado vanguardista em inventar o Outro.

Outro aspecto necessário a se ressaltar é que a branquitude não é simétrica em relação a outros termos raciais e culturais. A condição de alteridade não é válida para ela, somente para o outro. Pode-se questionar mais ainda a consistência interna da idéia de branquitude, investigar o porquê da sua hegemonia e promover abalos conceituais em sua estrutura quando vemos que sua construção e manutenção advêm daquilo que se observa e se nega como passível de dissecação, inferiorização e submissão nesse ‘Outro’. Uma entidade da qual (ainda) não se consegue falar nem ver, mas que pode falar dos outros e ao mesmo tempo ser tudo, diluindo-se nas consciências e inconsciências. Ao longo da história, denominar-se branco tem tido praticamente o mesmo significado que dizer ‘não sou aquele Outro!’. Ou seja, poderíamos dizer que as pessoas sabem que são brancas porque sabem que não são negras.

Levando em conta esse aspecto da desidentificação com o outro, podemos introduzir perguntas como: o que incentiva as pessoas a 'investirem' na branquitude, a se manterem fiéis a ela e à identidade que lhes foi atribuída? (Lipsitz, 1998). Como se dá o exercício da branquitude? Quais as condições e práticas da branquitude?

Investigar o funcionamento e manutenção sistemáticos do racismo a partir da fala do branco sobre ele mesmo e sobre o outro é estar indo em direção ao esclarecimento do porquê do silêncio em torno dos privilégios da brancura. Estando ela não claramente marcada, é preciso torná-la bem visível e é importante colocar que "as identidades raciais também são brancas [...] Ignorar a etnicidade branca é redobrar sua hegemonia, tornando-a natural" (Roediger, 2004, p. 46).

A branquitude incorpora a raça negra enquanto alteridade, unilateralmente, e tende a processar no seu próprio sistema tudo o que for dito para ameaçar a sua situação hegemônica. Mas, pode-se aprender muito sobre a branquitude indagando como as pessoas brancas retratam as pessoas de cor.

Enquanto antes se presumia que estudar raça era estudar os negros, existe agora um alerta importante, mas não ainda a conscientização, ao se falar: os brancos, como qualquer pessoa, têm uma raça. A afirmação pode soar óbvia, mas não é. A raça é um construto social, criado por pessoas e não pela biologia, dentro de um contexto histórico, ou seja, que se modifica no tempo. Apesar de ser real e ter uma manifestação material, e a despeito de sua construção social, ela não tem

sentido, se vista isoladamente de seu contraponto, seu 'Outro', a negritude (Rachleff, 2004).

A branquitude, de que tratam autores como Ware (2001, 2004) e Bento (2003),

não teve conteúdo cultural próprio, nem existência independente de uma relação com a "negritude". Essa "branquitude" foi criada – e recriada – a partir de uma relação não com a cultura historicamente negra ou africana, ou africano-americana, mas com uma "cultura negra" inventada a partir dos recalques, projeções, desejos e fantasias dos não-negros (Rachleff, 2004, p. 100).

Contemplar essa perspectiva de criação e recriação permite que nos desloquemos do exame de um racismo individual, que imagina o preconceito como algo que é praticado por alguém que é desprovido de educação ou algo semelhante, "ao mesmo tempo em que se desconhecem as estruturas de poder fundamentais que servem de sustentáculo à compreensão que os indivíduos têm de si mesmos" (Steyn, 2004, p. 121).

Steyn (2004), ao analisar proposições teóricas de Taylor, publicada em 1994, e Sollors, publicada em 1995, destaca que a identidade se constrói no diálogo que o indivíduo mantém com a compreensão que as pessoas têm de quem ele é. Desse modo, a identidade é construída na relação em um processo de contraposição. No entanto, se esta relação é de dominação, a reciprocidade implícita mostra-se ausente.

O objetivo, complexo e que não reserva facilidades, do atual esforço e interesse acadêmico nos estudos de branquitude é expor as suas marcas e torná-las irreversivelmente visíveis. Justamente por isso, estudiosos como Nakayama e Krizek (1995, citados por Steyn, 2004) argumentam que a branquitude deve ser particularizada e historicizada, “a fim de perder a sua sensação desestabilizadora de ser a norma universal e vir a ser reconhecida como uma posição do sujeito, surgida como resultado da confluência de eventos históricos e políticos determináveis” (p. 120).

A raça tomada enquanto processo, constelação de processos e práticas, intrinsecamente não tem uma lógica de desenvolvimento linear e inevitável.

o *status* racial, num dado momento, pode ser instável, e o movimento em direção à branquitude, num determinado período, pode ser seguido por um recuo para uma posição ‘intermediária’ no seguinte, dependendo de uma multiplicidade de fatores na sociedade, no grupo específico e na natureza da interação desse grupo com a sociedade (Rachleff, 2004, p. 104).

CAPÍTULO 3

ETNICIDADE BRANCA

Considerando o processo histórico, no período colonial-imperialista ocorreram a denominação e caracterização dos “outros estranhos” com os quais se mantinha contato em novas terras descobertas. Na era Moderna empreenderam-se esforços de uma “classificação” dos povos. Fazendo uma espécie de analogia não muito profunda, porém alusiva e significativa, observamos que o “eticizador” produziu o “eticizado” e “inventou” as características do grupo étnico, configurando assim, as etnias. O “eticizador” gozava da diferenciação confortável e segura de superioridade diante do desconhecido.

Poutignat e Streiff-Fernat (1998, p. 27) assinalam que de acordo com alguns pesquisadores “a etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações”. Dentro desse processo, a construção de identidades também pode ser vista como uma conformação de etnicidades. Em se tratando da discussão em torno de relações raciais e étnicas, os grupos *outsiders* historicamente foram escrutinados em diversas dimensões. Uma coletividade de indivíduos diferencia-se por sua especificidade sócio-cultural, que se expressa principalmente na língua, religião, hábitos e atitudes. É importante frisar que tal

operação hoje se reveste de um caráter menos invasivo, de cunho bem mais prudente e investigativo.

No caso brasileiro, quer seja exaltando, ou simplesmente tratando como importantes coadjuvantes no processo histórico de formação do contingente populacional do país, com sua cultura etc., as populações indígenas, negra, e mais tarde as mestiças, branco-índia e branco-negra, preencheram este flanco da etnicização, sempre exercendo grande atração nos viajantes e pesquisadores do continente europeu e, destarte, da parte norte da América, bem como nos pesquisadores brasileiros. Há tempos, nas produções dos campos de saberes das Ciências Humanas, o termo *étnico* vem sendo utilizado como designativo de uma determinada população.

Para uma corrente de autores, mais essencialista, a etnia pressupõe uma base biológica, podendo ser definida por uma raça, uma cultura ou ambas. Para alguns deles, por vezes, etnia confunde-se com a noção de raça. Disso resultam cuidados ao se utilizar o termo atualmente, por não haver recebido conceituação precisa.

Sansone (2004, p. 10) coloca que “‘étnico’ passou a substituir termos como exótico, estranho, não-branco ou em linguagem simples, raro e diferente”. Quer seja raça ou etnia, a utilização quase sempre tem por objetivo principal diferenciar um grupo de outro (s). A etnicidade é um processo contínuo de dicotomização entre membros e *outsiders*, requerendo ser expressa e validada na interação social (Poutignat & Streiff-Fernat, 1998).

A partir da referência à dicotomização entre membros e *outsiders de* Poutignat & Streiff-Fernat (1998) é necessário para os nossos objetivos colocar a seguinte questão: onde estão as etnicidades brancas?

Logo a princípio o empreendimento se mostra não ser tão fácil, pois existe uma assimetria entre a etnicidade negra e o que poderia se chamar de uma etnicidade branca, que guarda desproporções em várias dimensões.

Em primeiro lugar, conceitualmente a branquitude vem sendo construída paulatinamente, à medida que as investigações avançam, e este é um fato recente, que data do início dos anos noventa nos EUA. Outro ponto importante é que o investimento na branquitude historicamente é algo complexo e não tem os seus contornos claramente demarcados em termos de valorização de elementos culturais, sentimento de orgulho racial e conscientização etc., o que geralmente acontece quando se trata de negritude. Outro grande diferencial em relação à negritude é o caráter hegemônico do qual se reveste a branquitude e o fato de que sua manutenção e desenvolvimento não necessitaram de uma organização, digamos, de cunho etno-político para se firmar. Ela confunde-se com a própria história do mundo ocidental desde antes da Modernidade.

No contexto étnico e racial brasileiro, muitos pesquisadores têm se dedicado a descobrir e desvendar o racismo à moda brasileira e também a etnicidade hifenizada no Brasil – considerar o hífen oculto, algo que imputa aos brasileiros a negação de se definirem como afro-brasileiros, afro-libaneses, por exemplo (Sansone, 2004).

Algo de problemático nos estudos de etnicidade, que conseqüentemente toca na formação de identidades e que escapou aos estudiosos das relações raciais no Brasil (mas não somente aqui), foi a investigação da branquitude, principalmente como norma.

Em se tratando da branquitude como norma, não se define aí algo como um nível de conformidade dos membros de uma coletividade aos padrões culturais do seu grupo. Esta é uma característica marcante que diferencia a branquitude. Muito pelo contrário, o seu entranhamento se deu em tão largo espectro de cultura e sociedade, permeando o imaginário coletivo com a idéia de um padrão ideal a ser perseguido, e com a distinção de carregar o atributo da superioridade, que é comunicado quase que de forma simbolicamente intocável, dentre outras, porém silenciosa, passando através dos tempos em um estado de quase invisibilidade.

Contudo, mesmo tendo falado nas linhas acima da invisibilidade da branquitude, cabe introduzir que alguns pesquisadores norte-americanos que iniciaram a *segunda onda* dos estudos críticos de branquitude (início da década de 90 do século XX) já constatam que quanto mais ela é examinada, mais a idéia da branquitude como norma não-marcada revela-se uma ilusão (perde a sua invisibilidade), ou melhor, uma fantasia dos brancos. Cabe ainda perguntar: para quem ela é invisível ? (Frankenberg, 2001).

É importante observar que o que vemos hoje no Brasil em termos de tentativas de construção e afirmação de identidades grupais, coletivas, de cunho étnico-racial por parte dos movimentos negros, possui raízes históricas no sentido

de reverter um quadro desfavorável e promover a conscientização acerca da valoração positiva desse grupo historicamente excluído. Ao lado destas vozes que tentam se afirmar, vem se atentando, e deve-se fazê-lo cada vez mais, para o lado “vazio” da branquitude, que habita no silêncio, que se oculta na sombra dos discursos competentes sobre raça e racismo, mesmo quando suspeitamente elogiosos, e que evita se pronunciar, conseguindo com isso, paradoxalmente, fazer-se presente e perpetuar sua posição estratégica de hegemonia e invisibilidade.

Por que a não necessidade e qual a vantagem do branco não ser racializado, não se pronunciar enquanto etnia ou raça? Não é incomum assistirmos as reivindicações dos movimentos negros organizados serem atacadas por parcelas da sociedade brasileira que sentem a ameaça da perda dos privilégios adquiridos, diga-se de passagem, através de manobras estratégicas, principalmente as que se seguiram ao período pós-abolição, quando foi necessário lançar mão de ideologias para incutir a idéia de inferioridade do negro.

Do início para meados do século XX, constatou-se que a população mestiça aumentava, superando em número os brancos e negros, contrariando as expectativas dos eugenistas pregadores da miscigenação como forma degenerativa que naturalmente levaria os miscigenados à extinção.

É necessário redobrar a atenção quando se trata de analisar criticamente a branquitude, pois estamos imersos nas águas turvas da história, de onde nada surgiu em essência. Tal como conhecemos, a invenção de raça, do branco, do

negro, teve origem na obsessiva necessidade de classificação que marcou a era Moderna. Na maioria das vezes isto nos escapa e não conseguimos descolonizar a nossa visão, deixando de notar aquelas invenções enquanto produtos daquela era que demarcou limites bastante significativos e que até hoje imperam no pensamento ocidental e em diversos campos de saber.

O que interessa aqui não é aprofundar a análise dessa invenção e/ou a noção de raça, etnia. O objetivo é colocar a apropriação e também a não apropriação dessas noções sem prender-se a usos e sentidos específicos, trazendo uma dimensão relacional do racismo, para enxergar, por mais paradoxal que seja a junção de palavras, a branquitude em sua invisibilidade. Pois seu silêncio sobre a existência de racismo contra o negro no Brasil vem dizendo mais que os discursos produzidos acerca de raça e racismo (Nascimento, 2003).

A despeito de todas as críticas, o que dá sentido à utilização do conceito de raça (cor, fenótipo) é o fato da persistente existência do fenômeno do preconceito e da discriminação racial entre nós. Discriminação que pode ser bem vislumbrada em função do que afirma Blummer (1973, citado por Gallagher, 1997): “Caracterizar outro grupo racial é, por oposição, definir o seu próprio” (p. 9).

Nas primeiras produções científicas do final do século XIX e início do século XX sobre o negro no Brasil, a branquitude travestiu-se de ciência, de discurso competente no campo do saber médico-psicológico, representado principalmente pela psiquiatria, para falar desse Outro indesejado no presente ou no devir da formação da sociedade brasileira: o negro.

Coube à elite branca buscar diferenciar-se (ocultando e omitindo fatos que não fossem inferiorizantes da situação do negro na sociedade brasileira) cada vez mais da realidade das camadas sociais daquela época, que já se encontravam miscigenadas de alto a baixo (Ramos, 1957), para daí manter a sua hegemonia construída às espreitas da escrutinação do Outro, à medida que tal manobra também se configurava num esforço em definir uma identidade nacional (Sodré, 2000).

No início do século XX, as duas instituições profissionais mais importantes eram a da Medicina e do Direito, e era delas que partiam as respostas às “perguntas” colocadas pela elite branca, que, em suma, eram acerca do medo e da preocupação com a crescente miscigenação. A produção de Nina Rodrigues acerca do negro, por exemplo, abrange desde a etnopsiquiatria até o direito criminal, mostrando indícios de que para a psiquiatria baiana o objeto a ser estudado eram os negros, não os loucos.

No Brasil, a questão racial sempre teve forte relação com a necessidade de se definir a identidade nacional, beirando o absurdo de externamente se propagar a visão de um país mestiço, sem tensões raciais, fruto de uma colonização acompanhada de uma escravidão branda, no que desempenhou um grande papel as idéias de Gilberto Freyre no livro “Casa-Grande e Senzala”. O negro passou a ser tratado como tema, como assunto de especialistas, de maneira estática. Alertando, Ramos (1957) chama a atenção para as várias formas de expressão do negro já existentes àquela época.

A partir dessa postura intelectual dos “negrólogos” pode-se observar uma já bem estabelecida, e ao mesmo tempo oculta, branquitude na sociedade brasileira, e estamos falando da região Nordeste, que se ocupava em lidar com a alteridade: a proximidade de convivência com os negros, levando ao manejo psíquico de repulsa e assimilação.

Como é que um grupo considerado inferior, sobre o qual se escreviam notas científicas pejorativas e para o qual já existiam no senso comum idéias sobre sua condição subumana, continua, durante boa parte do século XX, a exercer fascínio sobre esses pesquisadores?

O que parece estar por trás disso é o desconforto com a própria condição racial. Desconforto esse que não poderia (ainda não pode mesmo hoje) aparecer, pois que revelaria sua fragilidade, sua construção às avessas e o vácuo de identidade étnico-racial. Já ao negro a identidade étnico-racial foi atribuída para explicar o seu inevitável fracasso sócio-econômico, procurando construir suas identificações, predominantemente, a partir da negação de um outro.

Em sua obra intitulada “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira”, Ramos (1957) falou de uma *patologia social do branco brasileiro*. Destarte, com a produção da “escola paulista” da USP e o surgimento da *ideologia do branqueamento*, o negro passa a ser responsabilizado como coadjuvante da discriminação racial que sofre e é acusado de perda de identidade ao tentar a ascensão e integração sociais via embranquecimento (Bento, 2003).

Nesse momento, o negro possui uma doença não mais localizada em seu corpo, em sua constituição física e mental, mas sim de natureza psicológica. Ele sofre de um complexo de inferioridade, cujo sintoma é tentar a todo custo, tendo em vista a ascensão social, afastar-se de suas origens, revelando o seu desejo de branquear. Note-se aqui que agora o que se trata como contexto de origem do negro não é mais reduzido ao plano biológico inseparável de suas mazelas, da degeneração oriunda da mestiçagem. Este novo contexto de origem toma aspectos menos explicitamente negativos.

Cabe chamar a atenção de que todos estes esforços e manobras, primevos, para identificar e classificar o negro, e depois pontuar e explicar seus problemas de integração na sociedade brasileira, configuram-se em um grande reforço para a construção da branquitude brasileira.

Ou seja, o lado oculto da branquitude presente nestes discursos ressalta a condição de brancura sem necessidade de pronunciamento. Porém, tais esforços também não podem deixar de ser percebidos como o *protesto* contra a sua condição não genuína de branco europeu, contra a própria condição racial (Ramos, 1957).

Tratando desse desconforto / protesto, Bento (2003) escreve que o que temos não é um problema de perda de identidade do negro e sim um problema de identidade nacional.

A forma possessiva de investimento na branquitude, no entanto, não vai encontrar eco, como já apontado acima, na condição racial do branco brasileiro e

sim nos privilégios da brancura que daí advém. Também podemos dizer que é do desejo de obter esses privilégios que surge a tendência para este investimento.

No cotidiano brasileiro, a despeito das desconstruções de idéias, ainda reina a propagada tríplice formação do nosso povo como misto de índio, branco e negro. Porém, o componente europeu representado pelo branco “é destacado da amálgama cultural e desenvolvido à parte com enorme riqueza de detalhes” (Nascimento, 2003, p.208). Talvez por isso não haja um essencialismo branco que tenha base numa cultura étnico-racial. Brasileiros de descendência européia, por exemplo, não são chamados de ítalo-brasileiros. São brancos e a cultura não importa, o que importa é a idéia de Europa civilizada.

Ainda citando Nascimento (2003), tampouco se fala da necessidade de incluir a matriz européia, pois sempre bastou o Brasil se caracterizar pelo ocidentalismo, e a africanidade esteve relacionada à escravidão, eliminando-se a idéia de povos africanos soberanos, atores no palco da história da civilização humana. Permanece uma batalha entre a africanização e a desafricanização da cultura brasileira.

Colocar a branquitude no centro do debate é trazer uma dimensão relacional do racismo. Comumente as abordagens dos saberes médico-psicológicos levam em conta como objeto a patologia do racismo, mas focalizam apenas na vitimização do negro. Não se consideram os danos que podem haver na estrutura psicológica do branco. Essa tendência provavelmente deriva de um enfoque clínico-psicológico que somente vê as vicissitudes do sujeito negro e suas

angústias. Ainda não consegue enxergar o lado não menos angustiante, frágil e de natureza extremamente defensiva e neurótica que se manifesta no sujeito branco.

Entre as pessoas negras e brancas não é incomum a tendência a negar, fugir, esquecer a condição de discriminado/discriminador. Devemos levar em conta também o fato de que o branco tende a não se identificar racialmente, e nem é interpelado a assumir a sua branquitude e os privilégios daí advindos. Isso bem pode ser o que leva as pessoas brancas a reagirem às políticas de ações afirmativas de cunho racial, pois para elas essa idéia de raça não é vivenciada (Piza, 2003).

Essa desconscientização da própria condição racial e a certeza da condição racial do negro dá origem ao interesse e enfoque na “geografia racial do outro”. Gera a transparência de um universo que é observado como único, geral, imutável. São os “outros” que devem mudar. São os “outros” que são vistos, avaliados, classificados. Dentro desse vácuo étnico branco, tudo parece ser acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre ele próprio (Piza, 2003).

Isto faz com que a saliência da raça, enquanto branquitude, nestes indivíduos se manifeste de variadas formas, desde aquela “ingênua”, passando pela reacionária, ou mesmo situacional (Gallagher, 1997).

O conceito de branquitude vem para quebrar com a vitimização paralisante imputada ao negro e impregnada no binário negro-branco dos muitos estudos que

se fizeram. Este binário também vai sofrer um abalo em suas estruturas, pois quando conjugado a este conceito, passamos a outras dimensões e esferas de discussão e argumentação.

Tratando de um ponto de vista pessoal, a branquitude pode tornar-se visível (um indivíduo pode sentir algum grau de não pertencimento e mal-estar) em momentos de *status* minoritário diante das experiências de grupo de cor, revelando-se aquela visibilidade em forma de incômodo e ansiedade, por exemplo. Para outros a branquitude pode já ter sido e estar sendo experienciada desde cedo em suas vidas.

Daí pode ser que as pessoas passem a pensar em como eles são racialmente em relação a outros grupos raciais. Com isso não se quer dizer que a branquitude tem uma conformação e desenvolvimento linear. Isso se deve a uma confluência de vários fatores que têm origem em tenra época e envolve a esfera pessoal, social, política, institucional etc. e em todas elas devemos investigar a sua presença.

Porém, geralmente a percepção da branquitude não passa de uma lista do que as pessoas não são. A estratégia defensiva mais uma vez surge e toma a forma de auto-elaborações de porque não devem sentir-se culpados por serem brancos, mesmo constatando os privilégios, ao mesmo tempo em que responsabiliza, culpabilizando, os negros por sua própria situação desfavorável na sociedade. Tudo isso se encaixa dentro de uma visão liberal (ou neoliberal) que esquece o passado e o presente, ambos excludentes.

Junte-se a isso a fórmula de tentar combater negros opondo-lhes outros negros. Invenção de grande eficácia e estratégia bastante difundida e conhecida do racismo brasileiro (Carneiro, 2005).

Para Gallagher (1997), os estudos críticos de branquitude colocaram-na em meio a um momento fundamental de transformação. No atual cenário político-racial brasileiro, a entrada de grupos historicamente marginalizados na arena política, no engajamento de lutas por recursos sócio-econômicos, tem praticamente forçado a branquitude a se colocar, ser representada, na maioria das vezes negando a idéia de raça que ela própria se apropria, criticando políticas raciais, celebrando o mito da democracia racial, ou seja, afirmando-se nos privilégios da brancura.

Desde sempre a branquitude nunca mostrou sua etnicidade, dela não se falou. A etnicidade dos brancos não se faz evidente como condição ou consciência de pertença a um determinado grupo étnico.

No entanto, foi necessário à branquitude caracterizar, denominar os seus opostos para poder se firmar, projetando seus anseios em raças as quais considerava desprezíveis (Roediger, 2004). Considerando a construção de identidades intragrupais e, também, se quisermos dizer, intra-étnicas, o aspecto do reconhecimento social é crucial, jogando um importante papel na construção de si mesmo e do outro. Sob tal ponto de vista, como pode a branquitude saber sobre as outras etnicidades e não saber da sua própria? Ou, como pode a branquitude saber sobre as outras etnicidades, se não se sabe da sua própria?

É como se a alteridade somente fosse permitida em mão única. Obviamente, o branco não escapou – participou ativamente – das *misturas* intrínsecas ao processo de forjar a sua própria identidade e a do outro. Por isso, não levar em conta a etnicidade branca é reforçar a sua hegemonia (Roediger, 2004).

A idéia de raça, etnia, e de branco, como ser distinto e superior que nos chega há tempos, não existia antes do colonialismo, ao menos tratada cientificamente com o objetivo de subjugar outros grupos. Nunca houve uma época de inocência racial que tenha sido posteriormente manchada. O terreno da branquidade é ele mesmo “deteriorado” pelas relações de colonialismo. O mesmo se aplica aos termos como negritude e latinismo (Frankenberg, 2001).

Por fim, é importante frisar a importância do estudo do processo de construção da categoria “branco” nas relações raciais, iluminando as *nuances* obscuras que contornam a sua naturalização, para assim tentar pô-la não em pé de igualdade com a categoria “negro”, mas para questionar a normatividade que a acompanha, que estabelece normas, padrões de comportamento, que determina o que é correto, bom etc., estando atento para o fato de que tais detalhes de normatividade não existem para os chamados grupos étnicos.

CAPÍTULO 4

ARTICULAÇÃO TEÓRICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUBJETIVIDADE

Na primeira formulação da Teoria das Representações Sociais, a psicologia social de Moscovici foi consistentemente orientada para questões de como as coisas mudam na sociedade, isto é, para aqueles processos sociais pelos quais a novidade e a mudança, como a conservação e a preservação, tornam-se parte da vida social. Em seu estudo clássico das representações sociais da psicanálise (1961/1976), o seu interesse era na transformação do senso comum. Há inclusive um fato que deve ser mencionado: esta obra inicial de Moscovici – 1961 – é anterior ao livro de Berger e Luckmann – 1966, que cunhou a perspectiva denominada de “*construção social da realidade*” (Duveen, 2003).

As representações sociais são fenômenos que se situam na interface entre o psicológico e o social, concorrendo para a construção social da realidade. Convencionalizam objetos, idéias, como se lhes imprimissem forma e conteúdo, os quais passam a circular na esfera sócio-cultural. Elas também possuem uma natureza prescritiva devido à sua eficácia como forças estruturantes que atuam naquela esfera. Daí uma ênfase no seu poder de criação e o reconhecimento das representações como estruturas estruturadas e estruturas estruturantes (Spink, 2003).

As representações sociais são produto de uma seqüência de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e resultam de sucessivas gerações.

Os sistemas de classificação que circulam entre nós e que acessamos para criar referências e associações sobre objetos, idéias, implicam uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que refletem um conhecimento anterior e quebram as amarras da informação presente. Essas representações nos chegam por meio da transmissão e são partilhadas numa dada sociedade, nela penetrando e influenciando, porém elas não são exatamente pensadas individualmente ou pelo coletivo, precisamente elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas. Contudo, ainda é bastante presente no pensamento da psicologia social a tendência em ponderar que a atividade social e intelectual desenvolvida por nós de forma contínua, cotidianamente, prontamente atualiza nossas “cabeças”. Como se apagasse partes da nossa memória, interferindo em nossos modos de experienciar. Experiências e idéias passadas não são mortas, continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e idéias atuais. O poder das representações sociais deve-se justamente ao fato de manterem certo controle sobre a realidade de hoje através da de ontem, da continuidade que isso pressupõe (Moscovici, 2003).

Segundo Duveen (2003), a partir de uma insatisfação com os estudos de influência social predominantes na época de seu primeiro estudo sobre representações sociais (desenvolvido em 1961), que basicamente apreendiam o modelo da conformidade ou submissão, para ele insuficiente para explicar a possibilidade de mudanças numa sociedade, Moscovici passa a interessar-se pelo processo de influência da minoria, pela inovação. Esse interesse pela inovação e a mudança social o fez ver que “as representações não podem ser tomadas como

algo dado, nem podem elas servir simplesmente como variáveis explicativas” (p.15), algo bastante importante da perspectiva sócio-psicológica. A partir dessa perspectiva, é a construção dessas representações que se torna a questão que deve ser discutida. Daí sua insistência tanto em discutir como um fenômeno o que antes era visto com um conceito como enfatizar o caráter dinâmico das representações.

Os estudos em representações sociais, em sua maioria, sempre se concentraram mais fortemente no aspecto simbólico das representações e como este estava mais envolvido com os processos de comunicação do que para os processos de subjetivação social nos quais as representações eram produzidas, separando a representação social do tecido subjetivo social. No entanto, a própria definição de representação social, nessa teoria, avançou e se expandiu rapidamente, impulsionada por investigações que percorreram caminhos metodológicos diferentes do inicial (Rey, 2004).

A postura de concentração no aspecto simbólico está em acordo com o modelo original estruturado por Moscovici (1978), no qual as representações sociais são entendidas como *“uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e comunicação entre os indivíduos (p.26)”*. Este conceito traz a noção de um sistema elaborado socialmente, que intervém na definição da identidade social, algo que se concretiza e se expressa nas práticas sociais e culturais, permeando atitudes e visões de mundo.

Uma das colaboradoras de Moscovici na construção dessa teoria, Denise Jodelet, realizou uma investigação clássica na qual enfatiza o estudo das representações sociais enquanto formas de expressão de sentidos e indicadores de comportamentos não explicitados, os quais não necessariamente possuem uma funcionalidade para a vida cotidiana ou para a comunicação entre os sujeitos. A importância dessa investigação reside no fato de que “aborda um tecido de relação e produção subjetiva em seu trabalho de campo que lhe permitiu o acesso a elementos da representação que nem sempre estiveram acessíveis às construções sobre as quais se apoiaram as investigações sobre o tema” (Rey, 2004, p.94).

Em sua pesquisa, Jodelet (2005) investigou durante quatro anos uma situação de proximidade com doentes mentais, que eram acolhidos em casas de uma colônia-familiar em uma cidade do interior da França e com eles conviviam na mesma comunidade. Sua preocupação era distinguir, nas diversas dimensões da vida social, as formas que tomavam relação com a loucura, as condições de sua aceitação, as representações que a isso estavam ligadas. Para isso, foi necessário que a exploração passasse pela história da instituição, indo dos fenômenos detectáveis em âmbito público para os processos que governam a integração dos doentes no tecido social, e para as interações que se estabelecem nos espaços privados, na tentativa de articular representações e práticas, procurando os mecanismos psicológicos e sociais que fundamentam aquelas.

No interior da teoria das representações sociais, estudos como esse se constituem em um importante e novo direcionamento, ainda que não muito

explorado. Jodelet (2005), por exemplo, com a sua pesquisa abriu a possibilidade de visualizar as representações como uma produção de sentido que integrava elementos psicológicos muito diversos no espaço simbólico, que anteriormente ficava delimitado como objeto de representação. Interessa-nos no presente estudo focalizar o caráter das práticas das pessoas como elemento que permita analisar informações ocultas sobre as representações sociais.

Para Rey (2004), passa a constituir uma tarefa indispensável no estudo das representações sociais buscar a expressão de comportamentos, não conscientizados, que podem ser portadores de uma diversidade de sentidos subjetivos, introduzindo assim elementos de uma conotação afetiva que têm que ser investigados mais a fundo, e também “portadores de uma significação que os sujeitos não explicitam em seus sistemas conceituais” (p. 93), mas que está no repertório de significados de uma dada sociedade e cultura.

Desse modo, estaremos entendendo representações sociais, em concordância com Rey (2004), como “verdadeiras produções sociais que expressam elementos de sentido muito variados sobre as realidades sociais nas quais emergem e é por esse motivo que adquirem um valor extraordinário para o estudo da sociedade” (p.95).

A imbricação do tecido subjetivo social na produção das representações sociais, bem como o sentido subjetivo que elas expressam e que nelas se constitui, demonstra que necessariamente para proceder à tarefa de analisar os aspectos psicológicos das representações é crucial abordar um esquema pouco

trabalhado na maioria das pesquisas desta teoria: a questão do sujeito das representações sociais e seu status como constituinte da subjetividade social e da subjetividade individual. O sujeito está simultaneamente constituído por / e nos dois níveis de subjetividade (Rey, 2004).

Cada sociedade tem um percurso e é com base neste que tem que se explicar o que ela é. Não há elementos extra-históricos, naturais, a-sociais, genéricos, uma vez que “a compreensão do processo de construção dos sentidos exige a análise da história das relações dos indivíduos com aspectos de sua cultura” (Chaves, 2002, p. 47).

É a partir dos movimentos concretos da história do desenvolvimento de uma determinada sociedade que se pode detectar aspectos e características gerados em seu tecido subjetivo social. Sendo assim, concordamos com Rey (2002), quando afirma:

A idéia de subjetividade social como um cenário diferente para compreender os fenômenos sociais, tem que expressar-se na construção dos complexos processos e mecanismos que caracterizam a vida em sociedade e na forma em que aqueles aparecem nas distintas instituições sociais, portanto, implica em dar um passo para uma psicologia que integre o estudo de todas as instituições e âmbitos sociais nos quais o homem se expressa em cada sociedade concreta. Neste sentido, a escola, as instituições de saúde, a vida cotidiana, e muitos outros cenários que durante muito tempo estiveram ausentes da psicologia social, devem ser estudados, e as construções que deles se derivam incorporadas ao curso das construções orientadas à elaboração teórica da subjetividade social (p.30).

Partir da história das relações raciais no Brasil e introduzir uma perspectiva de se considerar os sujeitos e a subjetividade para estudar os fenômenos do preconceito e discriminação racial, fazem com que seja crucial compreendermos, em primeiro lugar, que a subjetividade não é algo que está dentro de nós, como se fosse uma essência que cada pessoa carrega consigo.

Uma das principais e importantes implicações da discussão da subjetividade que ora se empreende, simultaneamente considerando-a no interior da teoria das representações sociais, é no sentido de superar a dicotomia entre o social e o individual, a qual exige transcender outra das grandes barreiras que tem dificultado o desenvolvimento do pensamento psicológico em várias vertentes: a divisão entre o interno e o externo (Rey, 2002).

A subjetividade é construída, ela se desenvolve nos processos das relações sociais dentro das culturas onde as pessoas vivem. Trata-se de uma subjetividade histórica, social. E sendo assim, ela somente pode ser compreendida na dinâmica histórica e social dos relacionamentos entre os grupos humanos.

Em se tratando da intersecção entre Psicologia e a questão racial no Brasil, interessa-nos falar em aprendizagem, transmissão e circulação de um repertório de preconceito e discriminação racial contra o negro que persiste na sociedade brasileira e que é vivenciado cotidianamente.

Quando falamos de aprendizagem, entendemos como um termo adequado para demonstrar a condução a uma familiarização com algo. Porém, é preciso ter em mente que

ela não se definiria por um conjunto limitado de operações cognitivas e/ou situacionais, como tem sido estudado de forma tão extensiva pela psicologia em sua condição de processo, mas a estudaríamos num outro nível de sua constituição subjetiva, como processo subjetivo que adquire um sentido diferenciado em cada sujeito psicológico concreto, em cuja expressão se integram de diferentes formas as subjetividades social e individual, as quais produzem as condições subjetivas pelas quais transita o sujeito que aprende. Neste sentido a aprendizagem expressa uma complexa configuração subjetiva individual, que de forma permanente está comprometida com as situações que o sujeito enfrenta dentro do espaço de subjetividade social em que se desenvolve (Rey, 2002, p. 28).

Desde cedo em nossas vidas vamos construindo certas compreensões de mundo. E, enquanto sujeitos inseridos numa determinada sociedade, o valor que cada grupo humano vai estabelecer para um outro grupo humano depende também do modo como apreendemos as relações entre estes. Com isso, o que se pretende colocar é que as representações sociais, as referências de valor e significados associados aos grupos negro e branco, estarão intimamente vinculadas com os modos e as *nuances* dessas relações.

O espaço de desenvolvimento da subjetividade social pode ser relacionado ao aspecto de dupla-face das representações sociais: enquanto produto e processo. Sendo produto social, elas têm que ser remetidas às condições sociais que a engendraram. Ou seja, só podem ser analisadas tendo como contraponto o

contexto social em que emergem, circulam e se transformam. Essa condição de análise reforça tanto a possibilidade quanto a necessidade de ampliar as perspectivas de estudo das representações para além do aspecto funcional.

Na perspectiva processual, volta-se para a compreensão da elaboração e transformação das representações sob a força das determinações sociais, ou à compreensão do funcionamento e eficácia das representações na interação social. É importante ressaltar que processamento aqui não diz respeito a processamento de informação, mas como práxis (Spink, 1995).

Práxis sustentada por sistemas de crenças e padrões culturais, que se configuram em estruturas complexas e apontam a necessidade de se partir das relações sociais para compreender como e por que agimos e pensamos de determinadas maneiras, afirmando o caráter histórico, de transmissão, transgeracional (para além das gerações) da consciência (Sawaia, 1995).

Tal perspectiva e aplicação da teoria das representações sociais propiciarão uma análise cuidadosa das *nuances* das relações raciais, podendo apreender daí os múltiplos processos que concorrem para a elaboração e manutenção do seu caráter desigual, concretamente manifesto em práticas sociais preconceituosas e discriminatórias.

4.1 A PERSISTÊNCIA DO DILEMA DAS DESIGUALDADES RACIAIS

Após pouco mais de um século da abolição da escravidão, ainda vivenciamos, resguardadas as devidas diferenças, um alarmante cenário de

desigualdade racial entre as populações branca e negra no Brasil.

Muitos intelectuais acreditavam que à medida que nos afastássemos da época e das lembranças da escravidão, a dissipação das desigualdades iria acontecer naturalmente nos diversos planos. Inclusive alguns visionários acreditavam nisso. Um bom exemplo é o sociólogo Guerreiro Ramos, homem combativo e vanguardista que denunciou as produções de cunho sócio-antropológico produzidas até os anos 50 do século passado, que tratavam o negro como tema, como assunto de especialistas, fechando os olhos para um negro vivo, ativo e que, ainda que em número reduzido, já se inseria em diversas camadas sociais da população brasileira, com isso dando prova da falácia acerca da sua incapacidade cognitiva postulada por alguns cientistas da época. Ele acreditava que à medida que as lembranças da escravidão fossem se tornando remotas na memória do nosso povo, a igualdade racial surgiria (Ramos, 1957).

Perguntar como a casa-grande e a senzala, equivocadamente colocadas como extintas, permanecem entre nós em versões atuais e maquiadas é uma sugestiva e significativa pergunta, pois recobra, chamando à atenção, o imaginário da falsa democracia racial que impera entre nós.

O equívoco apontado acima ganha mais sentido na constatação de que

existe um senso comum no sentido de que a tese da inferioridade congênita do africano e o determinismo racial foram varridos do Brasil pela magia branca do lusotropicalismo, não restando vestígio de sua operação social. Essa idéia convive em tensão permanente com o testemunho de intelectuais e ativistas afro-descendentes que documentam a presença

ativa do ideário eugenista em incontáveis fatos cotidianos que permeiam a tessitura social do país. Esse ideário, não explicitado, continua indiferente à suposta extinção do racismo biológico pelo imperativo do critério cultural, indiferença esta que contribui para a manutenção das desigualdades raciais (Nascimento, 2003, p.114).

Dados divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 (Racismo, Pobreza e Violência) lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 18/11/2005, informam que o fosso enorme entre brancos e negros aumenta, mostrando que os efeitos da escravidão persistem na sociedade brasileira, e conclui que em todos os indicadores sociais os afro-descendentes estão em desvantagem.

O documento observa:

Se cada um desses dois grupos [o grupo branco e o grupo negro] formasse um país à parte, a distância entre eles seria de 61 posições. A população branca teria IDH alto (0,814) e ficaria na 44ª posição no ranking mundial – semelhante à da Costa Rica e superior à da Croácia. Já a população negra (pretos e pardos) teria IDH médio (0,703) e ficaria em 105º lugar, equivalente ao de El Salvador e pior que o do Paraguai.²

Estudos como esse têm trazido à tona e revelado cada vez mais a persistência das desigualdades raciais e sociais, e os efeitos da escravidão em nosso país. Por outro lado, também têm servido para fundamentar e solidificar propostas de reparação dos efeitos históricos nefastos do preconceito e da discriminação racial que até hoje perduram.

² Fonte: site PNUD Brasil: http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005b_idh.pdf

Considerar a nossa sociedade como menos preconceituosa do que as de “lógica racial” anglo-saxã, leva a pensar que seria o nosso racismo, uma vez já batizado de *racismo cordial*, um racismo que merece ser diferenciado no sentido de uma brandura? Ou será que, justamente pela cordialidade, seria mais sofisticado e perverso?

Tal tipo de consideração também parece não levar em conta o fato de que uma “lógica racial” baseada em duas raças (birracial), negra e branca, já opera em nossa cultura desde há muito tempo, convivendo com o celebrado *mito da democracia racial* e com a mestiçagem.

Mestiçagem enquanto dispositivo de poder e não como um fenômeno natural, como muitas vezes já mencionado e escrito, que teria sido resultado de uma predisposição dos portugueses para a mistura étnica. Tal dispositivo em seu desenvolvimento histórico impõe para nós uma certa racionalidade que está presente de forma marcante no pensamento racial brasileiro (Tadei, 2002).

Raramente se faz a observação de que as nossas raízes de tensão racial se fazem presentes pela atualização da nossa “cultura da miscigenação”, que não possui elementos igualitários, nem tampouco contribuiu para sequer amenizar desigualdades raciais, muito pelo contrário.

A partir da constatação da persistência da discriminação racial entre nós, conclui-se que as nossas bases de sustentação para princípios igualitários são inconsistentes. O mesmo vale para a retórica do discurso de que somos todos iguais. E nem mesmo o admitido sentimento igualitário entre nós parece haver, a

despeito do que prega o *mito da democracia racial*. E para focalizar os efeitos psicossociais que podem resultar de tal cenário, podemos ir um pouco mais além e pensar no grande gasto de energia psíquica exigido de todos os indivíduos para sustentar essa trama.

Não somente negros e mestiços estão submetidos a possíveis preconceitos e discriminações. No entanto, cotidianamente se vêem ameaçados pela probabilidade assustadora de serem desagradavelmente surpreendidos pela discriminação e preconceito racial a qualquer momento, de cada dia, de cada ano de suas vidas (Silva, 1999).

No Brasil, a questão racial situa-se num quadro de severas desigualdades. A singularidade dos aspectos sociais e ideológicos está na operação do *sortilégio da cor*, expressão utilizada por Nascimento (2003) para tratar da *maquinação* ao longo da nossa história em torno do elogio à brancura e condenação, com o desejo da diluição, da cor negra, que transforma dominação em democracia e lança a identidade nacional na busca permanente do simulacro da brancura, que a autora supracitada denomina de *branco virtual*. A expressão *branco virtual*, de acordo com Nascimento (2003), “evoca tanto o *virtual* na acepção de faculdade não realizada, como a *realidade virtual* da era da informática: a imagem ou o pulso eletrônico que, apesar de não se conformar num real concreto, torna-se real ao gerar efeitos” (p.113). Aos brancos está reservado o ônus do investimento possessivo e contínuo na branquitude para garantir a geração de efeitos na realidade.

Mas esse investimento não vai encontrar eco na condição racial do branco brasileiro e sim nos privilégios da brancura.

Deve-se também assinalar o fato de que, dentro do espectro de miscigenação, que vai do mais negro ao mais branco, há uma questão problemática, e que está ligada a um aspecto de hierarquização, pois que entra no âmbito da associação de valores e *status* social, que é a possibilidade do embranquecimento ou enegrecimento.

A ideologia do branqueamento é o que dá a tônica nisso. O negro em nossa sociedade, à medida que ascende profissionalmente e aumenta seu *status* social, sofre uma pressão social no sentido de cada vez mais assumir as vestes da branquitude. Mas, como assinala Carone (2003), essa ideologia também não pode deixar de ser percebida como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca para que o negro negue a si mesmo, no seu corpo e no seu pensamento, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social.

Se, ao questionar a “cultura” da miscigenação nos deparamos com a branquitude, com a representação do branco enquanto padrão universal de humanidade, há a necessidade de interrogá-la. É imprescindível examinar a branquitude para abordar as relações raciais no Brasil (Nascimento, 2003).

Interrogá-la enquanto suporte para manutenção da discriminação racial e fator contribuinte para a conformação de idéias e atitudes discriminatórias; seja em nível pessoal ou grupal, a branquitude deve ser contestada (Frankenberg, 1997).

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este projeto foi orientado por análises qualitativas, a fim de evidenciar a face social dos problemas, podendo então ser capaz de apreender as estruturas da dinâmica subjacente.

O objetivo geral do estudo foi descrever e analisar representações sociais de branquitude entre indivíduos brancos na cidade de Salvador (BA). Não se tinha a intenção de oferecer a representatividade em termos de uma *amostra representativa* de um grupo, no caso, do grupo de cor/raça branca em relação às representações descritas e analisadas aqui. Trata-se de um estudo exploratório de características de sentido subjetivo social que se expressam no regime discursivo, revelando práticas sociais.

Não se pretende uma generalização. O que se quer estabelecer neste momento são elementos componentes do repertório do fenômeno da branquitude, pressupondo, conforme discutido no capítulo de articulação da teoria psicossocial das representações sociais com a subjetividade, que estes se dão por condições estruturais da nossa sociedade. Ainda que estes elementos façam parte do cotidiano dos indivíduos, integrem suas vivências e tenham participação ativa em sua construção/composição, não são estes indivíduos que estabelecem as condições em que se dá essa conformação em suas vidas. Assim, o que se pretende é qualificar esses fenômenos e não investigar a sua existência ou inexistência.

Tomamos o objeto das representações em uma delimitação produzida socialmente, que tem, em sua base, elementos de sentido pertencentes a uma subjetividade social e que permanecem ocultos com relação ao conteúdo explícito da representação (Rey, 2004).

Através dos depoimentos, pretendeu-se levantar questões sobre como se constituem as representações e fazer a descrição do conteúdo das mesmas.

Por ser amplamente empregada nas ciências sociais empíricas, a técnica, ou método, da entrevista foi escolhido devido ao seu potencial exploratório, que vai ao encontro dos objetivos gerais e específicos do estudo em questão: investigar, descrever e analisar as representações. Identificar significados associados a elas e à possibilidade de explorar o espectro de opiniões acerca das questões presentes nas relações raciais, na forma específica do fenômeno da branquitude. Gaskell (2004) afirma que “a entrevista qualitativa [...] fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (p.65). A entrevista permite, ainda, revelar as crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (Gaskell, 2004).

Postura que está em acordo com Moscovici (2003), que considera ser uma das tarefas mais importantes da investigação em representações sociais buscar no objeto representado pistas que revelem o seu processo de construção e elaboração

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO

O tipo de técnica, método utilizado para a coleta de dados foi a entrevista do tipo semi-estruturada com um único respondente (entrevista em profundidade). Utilizou-se um roteiro geral que orientou a condução das entrevistas, em forma de um tópico-guia, com base nos objetivos da pesquisa, proporcionando a tradução das questões científicas em linguagem simples para os entrevistados (termos familiares), e que também funciona como um esquema preliminar para análise das transcrições. Contudo, o roteiro não é algo que deva ser rigidamente seguido. Principalmente porque as pessoas não respondem às questões seguindo uma linha pré-estabelecida e ordenada, o que no caso deste estudo torna-se um fator de enriquecimento e possibilidade de aprofundamento. Do mesmo modo que o pesquisador pode ser levado a repensar temas considerados centrais, talvez pelo fato dos entrevistados terem dito pouca coisa ou nada sobre, ou devido a razões teórico-metodológicas (Gaskell, 2004).

Como instrumento, o roteiro geral de entrevista é também um meio para acessar a memória individual (considerada parte da memória coletiva) que proporcionará ao sujeito um mergulho nas suas histórias, trazendo à tona os sentimentos e informações pertinentes ao tema. Estes conteúdos serão considerados no processo de construção e reconstrução de lembranças do / no tempo presente.

O roteiro baseou-se nos seguintes temas considerados relevantes para os objetivos da pesquisa e investigação de aspectos da vivência das relações raciais na vida dos / das estudantes: vida familiar; relacionamento interpessoal;

percepção de preconceito e discriminação racial; vivência da condição racial enquanto pessoa branca; visão acerca das propostas dos movimentos negros de combate à discriminação; e promoção da igualdade racial.

Na pesquisa em representações sociais com a utilização da técnica de entrevista, é recomendável que se parta de perguntas mais simples, que trazem elementos conhecidos do pesquisador e do entrevistado, e daí se caminhe para universos mais complexos e menos conhecidos (Sá, 1998). Mesmo não havendo uma ordem rígida a ser seguida, na estruturação do roteiro-guia foram colocadas nos primeiros lugares questões que tratassem de aspectos mais generalizados, como por exemplo, a consideração sobre existência ou não de discriminação racial contra negros, progredindo na direção dos questionamentos em torno da vivência da dimensão racial pelas próprias pessoas entrevistadas.

A título de exemplo, podemos adiantar que obtivemos um panorama no qual nenhuma das pessoas entrevistadas negou a existência de preconceito racial contra negros. Tal constatação pode trazer a impressão de que uma pergunta como a da existência ou não seria óbvia. Não era interessante para os propósitos da pesquisa pressupor que as pessoas não devessem responder ou não tivessem nada de importante para falar diante de tal “obviedade”. No “óbvio” se encontrou importantes informações, que por si só, e/ou confrontadas com outras, oriundas de outras perguntas, foram bastante relevantes para a discussão e análise.

Foi utilizado, ainda, para obtenção de dados complementares às informações obtidas na entrevista, um Teste de Evocação e de Seleção das Palavras Principais.

O teste de evocação trabalha com a técnica da associação livre, cujo caráter espontâneo permitiria o acesso aos elementos que constituem o universo semântico do objeto estudado. Esta técnica tem demonstrado relevância na condução de pesquisas dentro do quadro de referência da teoria do núcleo central.

De acordo com Campos (1998), o teste de evocação é considerado atualmente um dos métodos clássicos da abordagem estrutural das representações sociais e consiste em induzir um processo de associação livre a partir de uma palavra indutora, a qual designa o objeto representado. No presente caso, as questões foram formuladas nos seguintes termos: escreva 5 (cinco) palavras que aparecem espontaneamente no seu pensamento quando você pensa na expressão “*pessoa negra*” / escreva 5 (cinco) palavras que aparecem espontaneamente no seu pensamento quando você pensa na expressão “*pessoa branca*”.

O teste de evocação é complementado pelo teste de seleção das palavras principais, no qual se solicita a cada participante que, dentre as evocações fornecidas por ele, selecione duas que ele considera as mais importantes.

5.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A seleção dos participantes aconteceu de duas maneiras: por indicação e por abordagem direta pelo pesquisador, que ocorreu em apenas dois casos.

Excetuando os casos de abordagem direta mencionados, o contato inicial aconteceu por telefone. Estes últimos participantes foram indicados por alunos do curso de Ciências Sociais e do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Apenas um dos sujeitos, estudante do curso de Psicologia, foi indicado por um professor deste curso que tinha conhecimento do desenvolvimento da pesquisa.

Uma vez estabelecido o contato inicial e após breve explanação dos objetivos da pesquisa, eram aplicados três procedimentos de inclusão – exclusão: 1) confirmação ou não da pertença racial através da solicitação de uma auto-identificação; 2)³ idade na faixa etária de 20 a 30 anos; 3) ⁴sondagem sobre envolvimento e/ou atuação sistemáticos, no passado ou no momento presente, em grupos de discussão e combate ao preconceito e discriminação racial. Cumpridos esses procedimentos, foi agendada a entrevista para fornecimento das informações.

³ Decidiu-se por uma diferença máxima de dez anos entre os participantes, após a realização de três entrevistas-piloto, como forma de minimizar efeitos no aspecto discursivo por conta de intervalos geracionais muito grandes.

⁴ Dado que o conhecimento e vivência podem sofrer impactos diante do contato sistemático dentro destes grupos, nosso espectro de opiniões seria bastante diferenciado do coletado e não era intenção modificar os propósitos da pesquisa

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa foram 8 (oito) estudantes de graduação, auto-identificados de cor/raça branca, na faixa etária de 20 a 30 anos, sendo 4 (quatro) do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino, dos cursos de Psicologia e de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, ficando a distribuição com 2 (dois) alunos de cada sexo para cada um dos cursos.

A opção por estudantes desses dois cursos foi por motivo de conveniência e facilidade para recrutamento e seleção. Ambos os cursos estão localizados no mesmo campus universitário e o pesquisador possuía inserção nos dois departamentos, o que facilitou, possibilitando as indicações de participantes sem maiores dificuldades de contato e abordagem.

Todas as entrevistas aconteceram no mês de fevereiro de 2006. A Tabela 1 mostra as características do grupo entrevistado:

Tabela 1 – Caracterização dos participantes

	Nome fictício	Curso	Idade	Semestre	Cor do Pai/ Mãe	Ensino Fundamental/ Secundário	Bairro	Estado Civil	Local de Nascimento
1)	Lair	Ciências Sociais	30 anos	Décimo	Moreno Claro/ Branca	Colégio Privado	Pituba	Solteiro	Salvador
2)	Tereza	Psicologia	20 anos	Quinto	Branco/ Branca	Colégio Privado	Vitória	Solteira	Salvador
3)	Rosângela	Ciências Sociais	22 anos	Oitavo	Branco/ Morena (ascendência indígena)	Colégio Privado (Terceiro ano do segundo grau Colégio público)	Canela	Solteira	Salvador
4)	Lucas	Psicologia	24 anos	Décimo	Branco/ Branca	Colégio Privado	Villas do Atlântico	Solteiro	São Paulo. Vive em Salvador há 16 anos.
5)	Paulo	Psicologia	27 anos	Décimo	Branco/ Branca	Colégio Público/ Privado	Jardim Apipema	Solteiro	L. de N. Sra.-(BA). Vive em Salvador há 12 anos.
6)	Sílvia	Ciências Sociais	25 anos	Décimo	Branco/ Branca	Colégio Privado	Pituba	Solteira	Salvador
7)	Joana	Psicologia	21 anos	Sexto	Negro/ Branca	Colégio Privado	Brotas	Solteira	Salvador
8)	Cláudio	Ciências Sociais	25 anos	Sexto	Branco/ Branca	Colégio Privado	Rio Vermelho	Solteiro	Salvador

5.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Como já informado, foram utilizadas três técnicas de coleta de informações: entrevista, teste de evocação e seleção das palavras principais.

Primeiramente o informante lia o Termo de Consentimento Informado, exigido pelos Comitês de Ética da Pesquisa com Humanos. Após a leitura, havendo anuência, o assinava, concordando em fornecer as informações.

As entrevistas foram realizadas em caráter narrativo na perspectiva de história de vida, gravadas digitalmente, realizando-se posterior transcrição. Os relatos foram analisados mediante o uso de técnicas de análise de discurso. Frankenberg (1999) destaca o papel do discurso na estruturação da experiência da branquitude.

A entrevista foi tomada como prática discursiva tendo os seguintes pontos norteadores: discurso como forma institucionalizada de linguagem, como ferramenta para construção da realidade e um interesse maior pelo como se fala, levando em consideração as *nuanças* da natureza dos assuntos abordados, mais do que pelo conteúdo em si.

Como fonte de informações complementares, que foram cotejadas com os dados da entrevista e possibilitou a descrição e análise das representações, aplicou-se antes da entrevista um teste de evocação e seleção das palavras principais. Para o teste de evocação solicitou-se ao informante que escrevesse cinco palavras que se lembrava diante da expressão “*pessoa branca*” e “*pessoa*

negra”, ou seja, “quando você pensa na expressão *pessoa negra*, o que lhe faz lembrar?”. A mesma questão foi feita em relação à expressão “*pessoa branca*”. Em seguida procedeu-se à seleção das palavras principais evocadas (detecção dos elementos mais significativos), que se constituiu em solicitar ao informante que indicasse entre as palavras evocadas, anteriormente, as duas palavras mais relacionadas a “*pessoa branca*” e “*pessoa negra*”.

5.5 CARACTERIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a organização dos dados e interpretações teóricas das informações coletadas através das entrevistas, serviram de embasamento alguns passos propostos por Spink (2003), a saber:

1. Transcrição da entrevista.
2. Leitura flutuante do material, intercalando a escuta do material gravado com a leitura do material escrito de modo a afinar a escuta deixando aflorar os temas, atentando para a construção, para a retórica, permitindo que os investimentos afetivos emergjam.
3. Feita a apreensão dos aspectos mais gerais da construção do discurso, retornar aos objetivos da pesquisa e, especialmente, definir claramente o objeto da representação.
4. Localizar e definir as dimensões principais do discurso, que possibilitaram ver a associação de idéias entre as dimensões.

Após a transcrição e a conferência das entrevistas pelo pesquisador, primeiro procedeu-se uma estruturação codificada dos dados do texto, constando das respostas agrupadas por questões do roteiro-guia. Em seguida foi feita uma releitura das respostas a partir do escopo da estruturação, observando cuidadosamente as seções de texto em busca de tópicos específicos, e da identificação de temas com conteúdos comuns, distribuídos nas diferentes questões (Gaskell, 2004). Numa última releitura, buscou-se por padrões de respostas e associações – foram feitas anotações junto ao texto –, e com base na frequência, relevância e nos objetivos e finalidades da pesquisa, definiu-se três amplos temas para análise e discussão, a saber: 1) a “relativa” falta de consciência da própria racialidade e dos privilégios de ser branco; 2) combate à discriminação e promoção da igualdade racial: sentimentos e reverberações; e 3) percepção do preconceito e da discriminação racial na família.

As informações obtidas através do Teste de Evocação e da Seleção das Palavras Principais, advindas de um número de participantes pequeno (N=8), não foram submetidas aos programas de análises quantitativas, que exigem *Ns* maiores para o processamento, o que era previsto, pois as informações obtidas através destas duas técnicas foram programadas para serem complementares às informações obtidas na entrevista. A análise, então, foi feita manualmente, destacando-se mais os aspectos qualitativos que os quantitativos.

Deve-se ressaltar que o momento de preenchimento das evocações foi um momento rico, no qual as pessoas já começavam a refletir e verbalizar. Decidiu-se então, utilizar as informações obtidas por este teste para mostrar as evocações

que ocorreram para as expressões indutoras (“*peessoa branca*” / “*peessoa negra*”) e pontuar características importantes quanto ao comportamento e reações das pessoas entrevistadas no momento de realização do teste, o qual antecedeu as entrevistas.

CAPÍTULO 6

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ser uma estratégia teórico-metodológica que pode cumprir importante papel, as representações sociais não podem ser explicadas pela atividade representacional em si mesma. Têm que ser levados em conta em sua descrição e análise, processos que as engendram, os quais, por sua vez, estão *fincados* na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura (Jovchelovitch, 2003).

Os temas agrupados nesta seção de resultados e discussão seguem princípios e construtos discutidos no arcabouço teórico-metodológico das representações sociais desta dissertação. A saber, por exemplo, o que nos permite fazer inferências a partir dos depoimentos dos entrevistados, acerca do fenômeno representacional da branquitude, tão multifacetado e complexo, envolto pela dimensão racial, é o fato de que as suas respostas individuais manifestam tendências do grupo de pertença dos quais estes participam.

inscrito numa situação social e cultural definida, tendo uma história pessoal e social. Não é um indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações de tendências do grupo de pertença ou de afiliação do qual os indivíduos participam, conforme Jodelet (1984, citada por Spink, 2003, p.120).

Neste sentido, as representações constituem-se em campos socialmente estruturados. A capacidade representacional diz respeito a um sujeito psicológico,

mas não pode ser entendida sem levarmos em conta a dimensão de alteridade. No caso do presente estudo, a análise dessa dimensão de alteridade trouxe dados e informações de grande relevância para descrever e discorrer sobre os significados de pertencer a um grupo que não vivencia marcadamente a experiência racial em seu cotidiano. A utilização da técnica da entrevista e da análise de discurso também foi importante para demonstrar que as representações sociais expressas nas entrevistas ultrapassam o trabalho individual do psiquismo e emergem como um fenômeno necessariamente colado ao tecido social (Jovchelovitch, 2003). Essa consideração também serve para antecipar que a postura assumida neste trabalho não é a de se aliar a uma dicotomia do interno-externo.

A utilização da técnica de análise de discurso para análise e interpretação dos dados das entrevistas foi de importante suporte para esta pesquisa, pois possibilitou buscar informações que muitas vezes estão ocultas no discurso dos sujeitos. A estrutura da entrevista tinha como objetivo estabelecer uma situação de diálogo no qual, paulatinamente, a pessoa entrevistada fizesse contato com a sua racialidade (Piza, 2003). Na discussão dos resultados, focalizou-se não somente o que foi comunicado (conteúdo manifesto), mas também se pretendeu ir além da linguagem a fim de compreender outros possíveis significados. Dessa forma, foram lidas as entrelinhas do discurso dos entrevistados, indo além da sua fala, com o intuito de explorar como se deu a construção e elaboração das representações e os significados associados a elas.

Para efeitos da análise aqui empreendida, consideraremos a branquitude em acordo com Steyn (2004), como uma posição social, consequência das ideologias raciais do colonialismo e imperialismo europeus, que atravessam séculos, países, sociedades, comunidades e pessoas. Ao focalizá-la, a partir dos discursos de indivíduos brancos, se pretende desfamiliarizá-la e desnaturalizá-la dos pontos onde está impregnada como norma, não marcada, e inseri-la dentro de uma verdadeira multirracialidade, da qual tem se mantido fora e de onde observa e racializa os outros. Portanto, falar de branquitude não se constitui num ataque a quaisquer indivíduos brancos,

mas à branquitude como posição de vantagem social discursiva e historicamente construída e ideologicamente adotada como natural e também ao conhecimento e a visão que o indivíduo tem de si mesmo a partir dessa posição (Steyn, 2004, p. 119).

Os estudos críticos de branquitude também são uma forma de prática anti-racista que vêm se aliando a outras mais antigas e conhecidas. Ao se trabalhar com a noção de branquitude, abordando-a simultaneamente como categoria de análise e um modo de vida experienciado, como é o caso do nosso estudo com entrevistados, deve-se estar sempre atento para as especificidades das dinâmicas e dos contextos. Um alerta nesse sentido vem dos estudos do campo da multirracialidade, os quais têm ajudado a mostrar como o aspecto racial está simultaneamente conectado e desconectado às pessoas e às narrativas acerca destas. Principalmente quando essas pessoas podem passar por brancas, ou seja, estando menos expostas à racialização. Assim como para outras categorias raciais, há uma instabilidade interna na branquitude. Ela não existe com

propriedades biológicas, mas é uma construção social com efeitos reais que assumiu a forma de um poderoso princípio organizador em nosso mundo (Rasmussen, Klinenberg, Nexica & Wray, 2001).

Também é necessário deixar pontuado que não se assume aqui que a branquitude seja monolítica. Ainda que possua raízes que podem ser localizadas e associadas a um determinismo biológico, como categoria construída, sua substancialidade e poder advêm muito da sua maleabilidade ao longo da História. Atuando como uma marca de poder, de condições de acesso. Ademais, tal noção monolítica pode simplificar por demais as questões envolvidas e obscurecer os modos pelos quais o aspecto racial está interseccionado com outros eixos de manutenção de poder e desigualdades em nossa sociedade (Segrest, 2001).

Os discursos analisados aqui cumprem uma condição necessária e muito importante para seu estudo, que é a de terem sido produzidos no marco de instituições (família, escola, universidade...) que fortemente restringem sua própria enunciação. Numa sociedade na qual se trabalha mais, em certa medida, para reprimir os sentimentos racistas do que para aboli-los, desta forma deixando intocados aspectos importantes que alimentam e mantêm o preconceito e a discriminação racial, esta condição de produção do discurso acrescenta relevância à técnica utilizada em associação com a temática de pesquisa. Os depoimentos fornecidos nas entrevistas indicam que originam de histórias pessoais – que apesar das suas diferenças, contêm as marcas de que as experiências de vida são racialmente estruturadas –, encontram-se inscritos num contexto

interdiscursivo específico e são reveladores de condições históricas, sociais e intelectuais (Iñiguez, 2004).

6.1 A “RELATIVA” FALTA DE CONSCIÊNCIA DA PRÓPRIA RACIALIDADE E DOS PRIVILÉGIOS DE SER BRANCO

Como exposto, os entrevistados e as entrevistadas declararam ser branco / branca antes de fornecerem as informações, através da auto-identificação de cor / raça. No momento da realização da entrevista em que foram diretamente indagados sobre qual o significado de ser branco ou ser branca, surgiu um espectro de opiniões, que veremos logo adiante, que reflete o lugar obscuro que ocupa a interpelação racial na vida destas pessoas. Apareceram respostas variadas e reveladoras, que se situam desde a simples consideração da dimensão biológica, até dizer que não se pensa sobre, ou que, para si, isso não tem importância. Já as respostas que tratam do reconhecimento ou não do preconceito racial contra negros na cidade de Salvador fluíram facilmente. Inclusive com relatos de constatações:

“Eu acho que sim, eu acho que tem... Acho que até a partir de certas coisas que eu já vi, tipo a reação da polícia, por exemplo, que é assim, um pouco diferente às vezes.” (Lucas)

“Claro, com certeza.... Vivência mesmo. Saber que eu tenho preconceito, que você tem preconceito...” (Tereza)

“Bom, depende.... Mas eu acho, sim, que em questão assim, de emprego, há um certo preconceito... em questões assim, por exemplo, estudante de escola pública e estudante de escola particular. Há um certo rótulo: estudante de escola pública é negro e estudante de escola particular é

branco. Eu não sei se esse rótulo é dado por mim ou se esse rótulo eu absorvo da sociedade. Mas eu acho que há sim, mas é como eu estou te falando, depende da situação". (Joana)

"Com certeza. Eu acho que sim..." (Cláudio)

"Claro... É visível, né. As pessoas falam, os negros falam do preconceito que eles sentem, que eles sofrem, aqui. Eu vi dados históricos, por isso que eu falei 'claro'." (Sílvia)

"...claro que considero. Acho que isso é um ranço da sociedade brasileira, né. Eu acho que a História do Brasil tem essa mancha... Então acho que dizer que isso não está entranhado na gente ainda é mentira. É no mínimo... ingenuidade." (Lair)

"Alguns dizem que não, mas eu acho que sim. O preconceito racial é meio mascarado aqui em Salvador, mas eu acho que existe, sim..." (Paulo)

Que estas pessoas reconheçam a existência e persistência da discriminação racial contra as pessoas negras não é sem nenhuma importância. O problema nessa postura é que ela geralmente opera com o dispositivo de tornar as pessoas brancas racialmente neutras. As especificidades relatadas para caracterizar a existência da discriminação contra pessoas negras, não somente as que se referem às situações presenciadas pelas pessoas, trazem a demonstração de que os sujeitos, durante suas vidas, de fato são colocados na situação de aprender a distinguir e fazer diferenciações raciais, e reconhecê-las. (Frankenberg, 1999). Por isso, não é completamente estranho para eles falar sobre raça, nem sobre racismo.

A psicóloga norte-americana Tatum (2003) comenta algo muito pertinente sobre o fato de que crianças brancas quando vêem uma pessoa negra e isso lhes desperta a curiosidade (o que significa que já começaram a processar as informações racialmente – a partir de dentro ou de fora de suas casas, pela TV...), geralmente perguntam para seus pais por que aquela pessoa tem a pele tão escura, e não por que a pele delas é tão clara.

Não ter que falar sobre a sua própria cor e raça tem um efeito de natureza normativa, a ponto dessas pessoas não pensarem sobre: toma-se ser branco por norma e padrão, pelos quais os outros grupos são medidos, como pode ser observado na fala de Lucas, a seguir:

*“É como eu sinto, às vezes, como se fosse o padrão, e as outras pessoas que não são esse padrão é que se sentem mais ou menos, o branco é mais estável nesse sentido, o branco é o comum, é o que eu queria dizer.”
(Lucas)*

Martin et al. (1996 citados por Steyn, 2004) destacam que o pensar, conscientemente, nos efeitos profundos que o ser branco exerce em seu cotidiano não é algo que atravessa a vida das pessoas brancas. Como diz um entrevistado: *“...A gente não pensa muito sobre isso... Afinal a cor da pele não...pra gente não é muito uma roupa que a gente veste... pra gente branca, mais branca” (Paulo).*

Diante dos depoimentos acima, que vão justamente no sentido de mostrar que a interpelação racial não se faz presente para estas pessoas e, provavelmente, por isso não ganhe relevância para elas, a resposta de que o significado de ser branco é simplesmente que *“...o gene predominante...” (Joana)*

foi o gene do pai ou o da mãe, ou de que ser branco é possuir o “...*cabelo liso, a pele clara...*” (Cláudio), torna-se uma fuga, bastante evasiva e superficial.

A falta de consciência das pessoas brancas de como sua vida é racializada mantém relação estreita com a dificuldade que têm de reconhecer explicitamente a branquitude, de tal maneira que permite que ignorem o modo como a raça conforma suas vidas, e, conseqüentemente, não se dão conta de como se acumulam os privilégios raciais, de acordo com Hyde (1995, citado por Steyn, 2004).

As vias paradoxais, como a da ausência de reflexão ou da não necessidade de demarcação constante de sua cor e raça, é algo que ganha contornos marcantes na experiência de vida das pessoas entrevistadas. Algumas disseram nunca ter pensado nisso antes da realização dessa entrevista. Para outras, esta questão veio à tona logo no início da entrevista, pois as mesmas trouxeram isto, relatando que haviam refletido sobre a resposta de ser branco / branca após a auto-identificação por telefone para o pesquisador.

É necessário considerar que a pergunta “*o que significa ser branco?*” se trata de um tipo de pergunta que ao mesmo tempo em que *lembrou um esquecimento incômodo*, disparou reflexões simultâneas à pergunta, resultando num esforço particular de falarem como pessoas brancas definem e vivenciam a dimensão racial em suas vidas. A partir disso, temos um ponto que marca e estabelece grandes diferenças para brancos e negros: se para as pessoas entrevistadas a pergunta não trouxe lembranças imediatas e significativas, ou se

constataram que não é algo que costumam pensar ou nunca pensaram, para as pessoas negras é algo que está sempre presente desde os primeiros anos de suas vidas.

Por outro lado, não pensar sobre raça ou cor não quer dizer que isso não exista para pessoas brancas. Seria precipitado concluir isso. Ao contrário, deve-se ressaltar que esta vivência se dá **em meio ao silêncio que guarda** a branquitude e à voz alta e visibilidade excessiva em foco nos negros (Rasmussen, Klinenberg, Nexica & Wray, 2001), como pode ser observado na declaração, a seguir, de um dos participantes:

“...E acaba que o próprio branco não tem uma noção do que é ser branco, no sentido assim como o negro tenha do que é ser negro. Assim, no sentido de raiz, no sentido de cultura, eu acho que fica mais difuso. Acho que não tem muito, assim, o que é ser branco” (Lucas)

Segrest (2001) observa que em algumas situações a branquitude aparece definida somente por aquilo que ela não é. O depoimento acima corrobora a diferença ressaltada na vivência da dimensão racial para as pessoas negras e brancas, e aponta que **há um saber, que circula, acerca de um “o que é ser negro e o que é ser branco”**. Por isso, mesmo quando os participantes respondem que não se sabe, ao aprofundar surgem as associações para tentar dar conta:

“Não sei... você está falando a coisa da cor, o que significa você ter a pele branca. Uma coisa é essa coisa que eu falei de nunca ter passado essas coisas, de me olharem feio, de nunca me barrarem em lugar nenhum...” (Sílvia)

Para Sílvia a constatação de ser branca vem da percepção de “ter as portas sempre abertas”, uma espécie de passaporte. É importante notar que isso não é algo que é solicitado por ela, como um direito. Nem mesmo deveria ser assim solicitado, pois atingiria em cheio a idéia da suposta meritocracia em que vivemos (os mais trabalhadores, os mais dedicados, os mais bem dotados intelectualmente etc.), que questiona a existência e a persistência de desigualdades raciais que segregam negros e brancos. Antes, aquele direito está posto numa conjuntura social bem maquinada através de várias *nuances*: “*Eu acho que, de repente, alguns acessos ficam mais fáceis... Assim, **qualquer tipo de acesso** que dependa da minha imagem. Eu acho que facilitaria.*” (Rosângela)

Ao se questionar sobre se há privilégios ou vantagens em ser branco / branca, falas com os seguintes conteúdos são expressas:

“Privilégio eu não sei não, mas vantagem... Privilégio? Pois é, eu fico me perguntando se é por ser branco ou se é por ter um acesso a algumas coisas, a bons estudos. Então, isso me dá condições de falar melhor. Por exemplo, eu posso chegar nos lugares e seduzir melhor as pessoas pela minha fala.” (Paulo)

Aqui a tentativa de diferenciar *privilégio* de *vantagem* não é bem sucedida. Sem dúvida, a vantagem também pode estabelecer privilégio para quem a tem. Na verbalização anterior, observa-se, também, a anúnciação de uma espécie de vantagem que é sabida, mas que não é percebida como tal. Um dos argumentos mais citados dos estudiosos que consideram ser a branquitude invisível e não marcada, é o de que as pessoas brancas não reconhecem ou não admitem tais

privilégios advindos das desigualdades raciais (Rasmussen, Klinenberg, Nexica & Wray, 2001).

Se há a dúvida sobre ter vantagem devido a ser branco ou ter tido acesso a “...*algumas coisas...*”, como, “...*bons estudos...*”, pode-se adiantar o precedente incontestável em nossa sociedade de que ter acesso a escolas particulares, o que na maioria das vezes significa bons estudos, se constitui num privilégio para a maioria da população branca, e numa exceção ou esforço para a maioria da população negra.

“Acho que tem esse privilégio estético, de que de repente eu for colocada em teste e esse teste contar com a aparência, a depender do entrevistador eu tenho uma vantagem” (Rosângela)

Note-se que a vantagem é reconhecida, mas terá lugar ou não a depender de um outro. Este sim é o autor desconhecido que põe o privilégio em curso. “*A depender do entrevistador*” também parece cumprir o papel de amortizar o reconhecimento da existência da vantagem, afinal não é uma situação de mérito, nem da qual se deva orgulhar. “*Privilégio estético*” pode também ser um nome possível para o conhecido requisito de seleção profissional da “boa aparência”. Os conhecimentos, oriundos dos bons estudos, e conseqüente melhor preparo e mérito, cedem espaço para uma avaliação subjetiva baseada na cor da pele.

*“É tipo assim, **eu não preciso** chegar em lugar nenhum e dizer ‘Eu sou branco, me atendam bem.’, mas talvez eu seja melhor atendido do que uma pessoa negra...” (Cláudio)*

O que garante a reprodução e manutenção do privilégio sem que ele assuma essa natureza é uma operação aparentemente paradoxal. O privilégio é estrutural, se encontra entranhado em relações de diferentes naturezas em nossa sociedade, não necessita ser abertamente requerido nem anunciado e, tal como no depoimento reproduzido acima, ocorre por uma **estranha aleatoriedade** para as pessoas brancas, ou se quisermos introduzir a miscigenação, quanto mais clara a cor da pele, maiores serão as chances dele ocorrer.

No relato a seguir uma participante confirma: *“Acho que tem facilidades... Nessa questão que eu já te falei, de acesso aos lugares, por ser branca” (Sílvia)*. Mas, declara que pessoalmente não vivenciou nenhuma experiência nesse sentido, de perceber que o fato de ser uma pessoa branca lhe deu vantagem em alguma situação.

Diante desses relatos, negar ou não ter a certeza da existência do privilégio não tem efeito. É notável e curioso que os entrevistados não tenham mencionado nenhuma situação concreta, apesar de ter sido perguntado onde o privilégio ou a vantagem estiveram presentes em suas vidas. Reconhece-se a existência de que *“...há alguns privilégios, nesse sentido de oportunidades e de acesso... circulação. Em alguns lugares ... a circulação fica mais favorecida para quem é branco, e algumas oportunidades...como essa questão do emprego, né...” (Lucas)*, mas há o limite de não anunciar que se é portador ou portadora de tal vantagem. Chama a atenção o fato de que a assunção de que esse privilégio ronda suas experiências de vida é feita com bastante cuidado e hesitação, afastando mais do que aproximando de si.

Apesar de não terem responsabilidade nem controle individual pelo gozo do privilégio, talvez o cuidado e a hesitação tenham relação com evitar ser colocado numa situação moralmente difícil: num cenário de desigualdades, reconhecerem que estão no lado vantajoso, com o agravante de que não basta simplesmente dizer que se quer abrir mão, desistir daquele privilégio em sua vida, para que ele cesse (Duster, 2001).

Outra questão importante a ser destacada é que quando discorrem sobre o privilégio, e como o caracterizam, mesmo estando em algum nível de reconhecimento do fato de que pessoas brancas têm vantagem, nada é colocado num discurso de combate, ou para a promoção de igualdade de oportunidades, por exemplo. Contra a discriminação racial conseguem falar e mesmo consideram que há o que se fazer. Mas em relação aos privilégios não se consegue, não se pode falar muita coisa, nem mesmo saberiam o que fazer para aboli-los, ou desistir deles.

Ainda que se considere que durante a entrevista os participantes estiveram operando em algum nível de desejabilidade social para com o pesquisador no momento em que fazem a aproximação pela via do reconhecimento da existência da discriminação racial, e até falam contra ela, lado a lado com isso, e mais importante a ser focado, está a dificuldade de admitir e enxergar que nesse processo de discriminação há ganhos para alguns, perdas para outros e a manutenção e persistência da desigualdade.

Num estudo desenvolvido em 1998, ao escrever sobre reflexões suas enquanto pessoa branca investigando a temática racial, Piza (2003) relata que não fazia parte de sua experiência cotidiana a reflexão sobre a própria condição racial, e que também esta nunca havia sido objeto de questionamento por ninguém. Mesmo na convivência com amigos e colegas negros ela não se fazia presente pela cor.

Uma experiência pessoalmente marcante no sentido de se fazer presente pela cor ocorreu para um dos participantes desta pesquisa, durante uma viagem de intercâmbio. Ele relata como pôde surgir o sentimento e percepção de estar de fora da branquitude, num contexto diferente:

*“...Eu me senti alvo de preconceito. E preconceito como não branco, como um escuro, era assim que eles me chamavam, de escuro. E aí eu ‘Tudo bem, escuro, sou escuro’. Assim, não ficava... não ligava. Mas assim, ficava me questionando, eu voltei meio assim ‘Bom, aqui eu sou branco, lá não sou?’. **Bom, aqui me consideram branco porque chamam todo mundo de negro... Eu sou branco e pronto. Não sei se um marco, mas eu lembro desse meu conflito...na Suécia eu senti preconceito enquanto... Não ‘preconceito’, mas eu senti que eles me diferenciavam. Me diferenciavam, né...”** (Cláudio)*

Cláudio fala de seu conflito quando não foi reconhecido como branco em um país europeu. Como ele mesmo diz, não sabe se estabeleceu um marco, mas com certeza foi algo que marcou sua experiência de vida. Talvez esse tenha sido um momento em que ele possa ter se dado conta de sua branquitude. A associação com a cor escura chamou a atenção dele para o fato do que é ter uma cor, ser uma “pessoa de cor”. Enquanto em sua terra natal ele continua sendo

branco, isento de interpelação de cor e raça, sem que lhe apresentem esta questão para dedicar suas reflexões, em pouco tempo que passou fora Cláudio teve sua brancura questionada.

Poderia se argumentar e tecer comentários de que Cláudio é brasileiro e estava na Europa, sendo a situação vivenciada por ele, vivenciada por muitos. A questão não é se ocorre com praticamente todo mundo que sai daqui, ou apontar onde estão os “brancos de verdade”. O que nos interessa aqui é ver a natureza polimorfa da branquitude, e que, paradoxalmente, ganha contornos e aparece justamente para quem não é branco, ou no caso de Cláudio, quando se deixa de ser branco. Quando o entrevistado saiu do seu lugar de branco ele se sentiu alvo de preconceito. O que não havia acontecido antes.

6.2 COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: SENTIMENTOS E REVERBERAÇÕES

Não ter participação, no passado ou no presente, em movimentos de combate à discriminação racial era um requisito para seleção dos participantes. Dado que o conhecimento e a vivência podem sofrer impactos diante do contato sistemático dentro destes grupos, nosso espectro de opiniões seria bastante diferenciado do coletado, e não era intenção modificar os propósitos da pesquisa.

Uma questão que ficou evidente a partir dos depoimentos dos participantes sobre os movimentos que atuam no combate à discriminação racial, é que esta é uma tarefa que cabe exclusivamente aos movimentos negros:

*“...eu acho interessante, sim. Se falar mais sobre preconceito racial...”
(Paulo)*

“...eu acho superinteressante ... estar tentando tocar nesse assunto e realizar alguma coisa, eu não conheço, na verdade.” (Tereza)

“Eu acho que é importante esse tipo de movimento... eu acho importante a gente discutir isso...” (Lucas)

“Eu acho interessante a militância do movimento negro...” (Rosângela)

Ao opinarem sobre como viam as propostas destes movimentos, disseram não conhecer, nem saber os nomes dos movimentos. No entanto, não demonstraram completo desconhecimento da atuação destes movimentos a ponto de não gerar reações. Ao contrário, considerações referentes à postura dos movimentos ocorreram logo após uma primeira indicação de reconhecimento da validade da existência dos mesmos, e são colocações bastante direcionadas. Pode-se perceber que as ponderações, a seguir indicadas, revelam uma observação, um olhar e uma preocupação acerca do que pode resultar das ações destes movimentos em termos de mudanças:

*“...Eu acho interessante, sim. Se falar mais sobre preconceito racial. Ao mesmo tempo que eu vejo de que, poxa, aquela coisa, porque que se precisa falar tanto, né? Se precisa falar tanto é porque existe muito...”
(Paulo)*

“...Eu acho assim, que a postura, depende, tem movimentos mais radicais e outros mais brandos. Assim, eu não sei dizer nomes de movimentos, mas eu sei que têm alguns que são mais radicais e outros que são mais brandos” (Lucas)

“...eu realmente não tenho consciência de como eles têm funcionado. Acredito que a violência acaba gerando violência, e isso pra mim é complicado. É preciso que os movimentos sejam muito conscientes do que eles querem, do que eles pretendem conseguir. E que não se deixem contaminar pela revolta, pela mágoa, embora isso seja muito difícil. Mas eu digo assim, não se deixe contaminar, até pra que possam conseguir conquistas mais efetivas, porque o caminho da racionalidade não pode ser contaminado pela mágoa, pela raiva.” (Lair)

Os participantes não sabem o nome dos movimentos, como eles têm funcionado ao longo do tempo, mas sentem a reverberação das reivindicações. É isso que vai permitir as opiniões acima sobre “fórmulas” de como estes movimentos deveriam trabalhar e avaliar sua brandura ou radicalismo. Radicalismo que chega a ser pressentido como violência em potencial, mas que não é de todo injustificado: *“...que não se deixem contaminar pela revolta, pela mágoa, **embora isso seja muito difícil...**” (Lair)*. Neste trecho a palavra “embora” é uma palavra-chave para entendimento: os negros foram e ainda são atingidos pelas desigualdades, mas é preciso que se contenham, que caminhem pela racionalidade, que não se deixem contaminar pelas emoções oriundas da mágoa e da raiva, a fim de obterem conquistas efetivas. A oposição entre o radicalismo e o agir “racionalmente” surge como se quisesse questionar as posturas “radicais” dos movimentos negros.

No roteiro geral de entrevista não havia nenhuma pergunta específica quanto ao sistema de cotas que foi implantado desde o vestibular de 2005 da UFBA. As opiniões e reações acerca disso vieram à tona quando se perguntou

sobre a percepção sobre a atuação dos movimentos negros ou, espontaneamente, em outros momentos.

“Eu acho interessante a militância do movimento negro, acho que eu concordo com as cotas, assim, enquanto uma medida temporária. Mas eu acho que tem um risco de que de repente se torne um grupo privilegiado. De marginalizado a privilegiado num passo pequeno, entendeu. Se começar a se impor cotas que não sejam apenas em relação às instituições educacionais, se as cotas foram sugeridas pra diversas instâncias da sociedade, de repente passa a ser uma classe privilegiada. Uma classe não, um grupo, né” (Rosângela)

Na consideração de Rosângela, há um receio da expansão de medidas de políticas de ações afirmativas de cunho racial semelhantes ganharem campo em setores cada vez mais diversificados da sociedade. Desde a proposta de implantação do sistema de cotas na UFBA houve reações contrárias. Primeiro internamente, na comunidade acadêmica, e em 2005, quando da aprovação e implementação, a opinião pública também mostrou posicionamentos contrários. Um episódio de destaque nesse período de 2005 foi a ocupação de parte do prédio da Reitoria da UFBA pelos integrantes do Núcleo de Estudantes Negros da UFBA (NENU).

Quando estas entrevistas foram realizadas, o primeiro vestibular com o sistema de cotas já havia acontecido. Os argumentos contrários alegavam, dentre outras coisas, que a qualidade dos cursos iria ser afetada, pois os alunos egressos da escola pública secundária são mal preparados, e também que a medida feria o princípio de igualdade previsto em lei, o que levou vários

vestibulandos a recorrerem do resultado do vestibular através de liminares na Justiça. Além disso, julgou-se que os cotistas não estariam sendo avaliados por mérito, e sim, sendo privilegiados pelo sistema.

Esses argumentos colocados contra o sistema de cotas na UFBA ganham um outro contorno se observarmos que sistema semelhante foi adotado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no ano de 2002. O vestibular de 2006 foi, então, o quarto vestibular realizado na UNEB com o sistema de cotas. Desde sua implantação, nunca foi verificada na opinião pública tamanha reação que se compare à que ocorreu na UFBA, em 2005. Se as questões giram em torno da ameaça do mérito, do receio da qualidade dos cursos diminuir, do despreparo dos estudantes oriundos das escolas públicas, por que a reação perante o sistema de cotas da UNEB não foi a mesma?

Não nos cabe determos nessa análise neste estudo, mas parece estar em jogo uma ameaça da perda de garantias e privilégios. O “...*risco de que de repente (os negros) se torne um grupo privilegiado..*”, que passe “...*de marginalizado a privilegiado num passo pequeno*” (Rosângela), é uma demonstração de que há o temor de que mudanças aconteçam; de se perder algo que ainda está sutilmente, mas seguramente, reservado para uma parcela da população desde há muito.

O depoimento de uma das participantes desse estudo serve para uma importante ilustração disso:

*“Não sei, na UNEB eu acho que **foi tranquilo** isso. Eu senti que na UFBA é **uma coisa muito mais**, sabe? **Necessidade de falar sobre isso e as pessoas muito na revolta**. Eu acho que **na UNEB o ambiente é muito diferente daqui**. **Primeiro porque a maioria já é negro, a maioria das pessoas que fazem estadual**. Eu não senti isso, pelo menos na minha turma.” (Tereza)*

Este depoimento é como um filme-negativo para revelar as diferentes reações acerca de uma mesma medida em duas universidades públicas na cidade de Salvador. A pessoa entrevistada atualmente cursa Psicologia na UFBA e estudou também na UNEB, tendo ingressado no primeiro vestibular com o sistema de cotas nesta universidade, e diz:

O “...ambiente...” é muito diferente da UFBA porque “...a maioria já é negro...” e fazem o segundo grau em colégio “...estadual...”. A composição racial diferenciada dessas duas universidades com certeza foi um importante fator que influenciou nas reações da opinião pública, da sociedade e da comunidade universitária (professores e alunos). O ambiente da UFBA pode vir a ser transformado e ficar assemelhado ao da (maioria negra) UNEB? Há o receio de que isso realmente aconteça?

6.3 PERCEPÇÃO DO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA FAMÍLIA: RACISMOS DE ONTEM, RACISMOS DE HOJE, VARIACÕES SOBRE UM MESMO TEMA

Em relação à percepção que os entrevistados têm sobre o preconceito e a discriminação racial dentro da família, pudemos verificar que nenhum dos participantes negou sua existência. Tal constatação pode trazer a impressão de

que uma pergunta como a da existência ou não traria respostas óbvias. Não era interessante para a pesquisa supor que as pessoas não deveriam falar sobre tal “obviedade”, além do fato de que alguns autores (Menin, 2006; Sá, 1998) recomendam a utilização da técnica de entrevista na pesquisa em representações sociais. Sugerem, ainda, que deve-se partir de perguntas mais simples, que trazem elementos conhecidos do pesquisador e do entrevistado, e daí se caminha para universos mais complexos e menos conhecidos. De modo geral, numa investigação empírica pode ser perigoso supor obviedade.

Encontramos informações importantes. Peculiar cuidado foi notado quando se pediu que descrevessem a percepção dentro de suas famílias sobre o preconceito e a discriminação racial contra os negros, bem como relatassem a ocorrência de episódios dessa natureza. Mesmo tendo reconhecido a existência da discriminação nesse âmbito, as falas das pessoas entrevistadas concentraram-se no preconceito em gerações passadas, justificando pelo fato de haver um “ranço” maior na época em que estas pessoas nasceram e cresceram. E quando citavam algo concreto ocorrido, isto foi avaliado como coisas “leves”, “pequenas”, e resultantes da atitude ignorante e grosseira de familiares que pareciam não saber o que faziam. A suposta ignorância e o desconto do “ranço” das gerações mais antigas, as isentam da postura de serem repreendidas, corrigidas diante do ato e/ou da fala discriminatória.

“...minha família ela tem preconceito, sim. Por parte de mãe, e voltando mais, e que me atinge, lógico. Minha fala, se você puder ver.... Então, assim, a gente não discute muito isso, a gente não fala sobre isso.

Justamente porque é uma família de classe média normal, e toda família de classe média normal é individualista, hoje.” (Paulo)

Paulo assume que o preconceito existe em sua família, atravessa gerações e também o atinge. Mas o motivo pelo qual não discutem muito vai para outras direções: a classe social e o individualismo.

*“...se você tem parentes mais velhos – avô, avó – a gente sente que há uma predominância, uma presença dessa atitude racalista mesmo, né. Racalista por achar que as diferenças... porque o estado de coisas que as diferenças sugerem, ele é justificável... não existe uma concepção, como você perguntou, assim, uma concepção, não existe. Existe a presença de **pequenos detalhes**, que estão lá, presentes em pessoas mais velhas, que também revelam justamente a época em que essas pessoas viveram, se formaram.” (Lair)*

“As minhas avós são super... Minha avó é do tempo da senzala, fala mesmo ‘Que absurdo, tem que trabalhar mesmo’ ... Tem uma pessoa que trabalha na casa dela desde que eu nasci, tem 25 anos que ela está lá. Ela é negra.” (Sílvia)

A presença de “...pequenos detalhes...” é uma operação de minimização e proteção do núcleo familiar. O preconceito e a discriminação racial no seio familiar assumem outras formas, de outras coisas. No caso acima, são produtos de uma época e contexto de vida dos parentes mais velhos, que são diferentes do atual.

O reconhecimento do preconceito através da generalização, da consideração de que todos são preconceituosos, também surge para amortizar o que acontece no núcleo familiar:

“... são coisas muito pequenas, detalhes muito bobinhos, assim; quer dizer, bobos, mas que a gente tem que estar atento ao mesmo tempo... eles existem, assim, às vezes nessas pessoas, como existe em todo mundo, cara. Eu digo a você, como eu te falei há pouco tempo, isso está presente na sociedade, no continente americano, e em geral em todo o mundo. É um ranço, você entende?” (Lair)

Em última instância, o que permite a Lair falar sobre a presença da discriminação no seio de sua família é a generalização: se *“...existe em todo mundo...”*, se todos “sofrem” de preconceito e discriminação racial, então não há problema em falar disso na sua família.

O problema maior levantado pelos depoimentos é o hábito arraigado de ter preconceito contra negros e a atitude discriminatória. Não falar de uma discriminação que não ocorre para si é um outro problema grave, e que nos levaria para o outro lado do *“...ranço...”* que está presente na sociedade. Mas isso não ocorre.

Quando os participantes foram indagados sobre possíveis episódios de preconceito e/ou discriminação raciais presenciados ou relatados, que ocorreram com membros da sua família, e como avaliavam tais situações, retrucaram:

“Não, mas com certeza aconteceu.” (Tereza)

“Não. Um episódio, assim, claro, não.” (Joana)

“Olha, não tem episódios muito radicais, não. [pausa] Ou tem? Talvez na minha concepção não tem porque é minha família, e aí como eu os amo, né? É difícil você dizer que eles são preconceituosos...” (Paulo)

Tereza não sabe de algo que tenha acontecido, mas diz que com certeza aconteceu. Joana diz que não, que não houve um episódio claro. Paulo também diz que não, mas em seguida põe em dúvida a sua própria resposta: será que não está classificando os episódios de não radicais por se tratar justamente de sua família?

O silêncio em torno da branquitude surge e não se fala mais nada. Bento (2003) e Jodelet (2004) mencionam uma forte ligação emocional com o grupo de pertença que pode nos levar a investir nele nossa própria identidade. Assim, perante a necessidade de pertencimento social, protege-se o “nosso grupo” pelo fato da imagem que temos de nós mesmos e dele estarem ligadas, induzindo a uma defesa de seus valores.

A comparação entre um racismo de gerações abriu espaço para considerações em torno de um contexto de “tempos atrás”, supostamente mais racista, e um mais atual, supostamente menos racista, que vem acompanhada da observação da camuflagem e da sutileza no cotidiano do presente. Os entrevistados não demonstraram perceber isso como fator preocupante. A sutileza, que faz parte do nosso *racismo cordial*, chegou a ser interpretada como sinal de evolução.

“...se há um preconceito, eu acho que hoje em dia ele está muito mais camuflado, né? Depois de tantas leis, tantas coisas que levam mesmo pra cadeia e tal, eu acho que se há um preconceito, hoje em dia ele está muito mais camuflado. ... Mas eu acho, assim, que se a gente for comparar alguns anos atrás e agora, depois de tantas campanhas, tantas leis, tantas

coisas que têm surgido, acho que o preconceito está muito mais camuflado. Eu não vou dizer se está inexistente ou não, mas...” (Joana)

Impressiona que o ato de camuflar, da sutileza, ganha contornos de positividade. Tal tipo de amenização é não somente duvidosa, como também danosa. O que vem a ser reconhecido, nas palavras acima, é que o preconceito pode continuar vigente e se adaptar para continuar a existir em sua força e efeitos. Ao contrário do que a fala de Joana coloca, a camuflagem não significa diminuição, mas sim transformação, maior investimento nas sutilezas para não transparecer, nem soar preconceituoso.

Verifica-se a existência de duas forças. Primeiro, a do combate à discriminação racial, e depois, a de uma estratégia e mecanismos para driblá-lo: a camuflagem, a sutileza. Um problema grave nessa situação é justamente que a melhora ou piora restringe-se à discriminação racial contra os negros. Para quem discrimina e/ou carrega algum preconceito, nada é colocado nestes termos.

Para quem discrimina, na verdade, a situação tal como colocada acima, nos levaria a dizer que os privilégios mantiveram-se, conservaram-se intocados. A camuflagem corresponderia ao que não pode ser mais expressado abertamente. Por outro lado, ela camufla não somente a expressão mais aberta do preconceito, mas também a posição de neutralidade de quem não é atingido pelo preconceito e desfruta dos privilégios daí advindos.

No plano psicossocial em que se dá essa operação de camuflagem também é grave a constatação de que se sabe o que fazer diante do preconceito e da

discriminação racial imprimidos ao outro: se faz de forma velada, não se faz nada diante de um ato presenciado, pois a situação de camuflagem traz em si o dispositivo de solução: o silêncio.

Em vários momentos das entrevistas, as perguntas que indagavam diretamente sobre a condição racial de branco, em termos de sua vivência, causaram, em diferentes graus, incômodos, surpresas, constatações e reflexões imediatas, desconcertos. Às vezes era como se tudo estivesse acontecendo ao mesmo tempo, naquele agora.

Dois momentos expressivos de incômodo e constrangimento que surgiram da constatação de que o privilégio faz parte da experiência de vida são os que reproduzimos abaixo:

“...Quando assume a condição racial de branco vai ficar parecendo que eu sou nazista. Parece que pula pra o outro lado, né. Se eu sair com ‘Orgulho de ser branco’, é meio piegas, né, mas eu vou usar essa frase ‘Orgulho de ser branco’. Está parecendo que eu estou defendendo uma causa bem fascista mesmo, bem de direita, sacana, pesada mesmo, de ‘Eu não quero negro de jeito nenhum’. Então, não dá muito pra ficar assumindo a condição de branco não...” (Paulo)

“Eu acho que eu tenho um preconceito, de assumir uma coisa assim... De única, assim, de ‘é isso’. Entende?...Aí eu teria que assumir uma série de responsabilidades, uma série de... A própria história ia acabar me... como se eu tivesse que assumir isso tudo, por assumir ser branca... Eu acho que essa colocação é carregada de peso, assim... É, eu acho difícil aceitar. Aceitar a condição mesmo de ser isso, de ser branca além de cor” (Tereza)

Ao tentar explicar porque seria difícil para ela assumir explicitamente a condição racial de branca, Tereza demonstrou grande ansiedade e descontinuidades, estas últimas evidentes no seu discurso. “*Ser branca além da cor*”, obviamente, também é assumir para si o legado da brancura. Legado este que traz consigo “...*uma série de responsabilidades...*” que, segundo ela mesma, não está disposta a assumir. Assim como o legado da raça negra é carregado do peso, o legado da raça branca também o é, e parece não trazer consigo somente coisas das quais se possa aberta e justamente se orgulhar.

Para além de concepções e atitudes individuais, o racismo funciona como um sistema invisível em permanente operação que impõe um tipo perverso de assunção racial ao negro, e torna isso totalmente desnecessário para os brancos, apoiado na hegemonia da brancura como padrão universal de humanidade. Essa situação faz com que uma afirmação e auto-valorização racial explícita de um indivíduo branco, em determinadas condições, possam ser mal vistas, ou soar como “nazista”, como diz o entrevistado acima. Obviamente, há um receio por parte dessas pessoas em falhar na sutileza, usar termos e expressões “erradas” e serem percebidas como racistas (Tatum, 2003). Mas, entre nós brasileiros, atribuir a uma causa do receio de uma suspeita de nazismo e eugenia que “...*não dá muito pra ficar assumindo a condição de ser branco...*” (Lucas) seria negar o incômodo iminente da associação com o peso do legado da brancura que pode surgir ao vislumbrar o papel que, de fato, o branco ocupa e ocupou nas relações raciais brasileiras (Bento, 2003).

O impacto de séculos de associações negativas com a imagem do negro na auto-estima dessa população foi desastroso, inclusive gerando a dificuldade de assumir sua condição racial. O avanço hoje verificado na modificação dessa imagem para algo positivo, deve-se ressaltar, partiu majoritariamente do próprio grupo negro, através dos seus movimentos organizados, com o propósito, sempre reconhecido como urgente, de desenvolver a identidade e auto-estima negra (Silva, 2003).

Na dificuldade em assumir-se como branco conforme verificado em depoimentos anteriores, observa-se que a questão não é da mesma natureza, ou seja, de um problema de associações com imagens negativas, que resultem numa baixa auto-estima. A eles nem mesmo é solicitado que assumam sua condição racial e, também, não há a interpelação racial, pois são tomados como o padrão e é possível que nessa situação haja um vácuo de identidade étnico-racial (Gallagher, 1997) que, no entanto, parece não afetá-los negativamente ou perturbá-los.

“...não tem nenhum grande significado... sei lá. Ser branco, pra mim, não quer dizer nada não...” (Lair)

“Pra mim, não. Todas as questões que eu penso no que significa, eu, Joana, ser branca, não” (Joana)

Carregar a marca de ser branco / branca talvez possa ser algo que não possua valor para estas pessoas, por ser “normal”. Mas existe um grande valor naquele campo onde de fato verificamos a persistência das desigualdades raciais: o da experiência cotidiana.

“Olha, eu tenho a sensação de que quando a gente é branco, e a gente não sofre esse preconceito, porque a gente não é negro, acho que demora um pouco mais pra gente perceber como isso é forte... Às vezes a gente mesmo ... tem esse preconceito, mas a gente não admite, porque não acha que é, porque a gente não é aquele que mais acintosamente carrega isso...”
(Cláudio)

O entrevistado faz uma importante observação ao falar de si mesmo enquanto branco: muitas vezes não se admite ser o preconceituoso. O que pode também ser analisado como um reconhecimento do preconceito que se dá pela via da gradação. Se a pessoa não é a que mais “*acintosamente carrega isso*”, não se considera algo grave.

A “*demora em perceber*” a qual Cláudio faz referência se insere numa estrutura que nos envolve fortemente, e faz com que assimilamos a sociedade como desracializada, a fim de que não vejamos a cor nas desigualdades, ou que as tornemos naturalizadas, quando se mostrarem em nossa frente. Durante a nossa vida, somos muito mais ensinados a somente ver o racismo travestido em atos individuais, que são considerados mesquinhos, desprezíveis, do que atuando num sistema invisível, complexo, que confere domínio a um grupo específico. Muito cuidadosamente somos ensinados a não reconhecer os privilégios advindos de uma situação de manutenção da discriminação racial. Focaliza-se a atenção nas desvantagens que os discriminados sofrem, mas não se faz ver um dos corolários do racismo, que ocorre ao mesmo tempo: pôr alguns outros em vantagem (McIntosh, 1988).

Talvez por isso não seja um fato tão intrigante que a discriminação racial esteja tão perto destas pessoas, e que os privilégios da sua condição racial, que como alguns assumem se dão por meio de “facilidades”, “vantagens”, seja relatado de forma como se estivesse ocorrendo o mais longe possível deles. Como se quem (as pessoas que) estivesse de fato implicado na manutenção da discriminação e no gozo dos privilégios fossem sempre outras pessoas.

Fazer o deslocamento da atenção de um “problema do negro” é, também, afastar-se do exame de um racismo individual, que muitas vezes se limita a conceber e denunciar o racismo como um preconceito censurável, falhando em proporcionar o conhecimento das estruturas de poder fundamentais que sustentam a compreensão que os indivíduos têm de si mesmos (Steyn, 2004).

Parte do repertório da mitologia em torno do racismo, que se coloca bem estabelecido, é que somente os negros são as vítimas desse processo. Um perigo que reside aí é o fato de que, visto dessa maneira, o racismo naturaliza a branquitude, problematiza a “cor” e coloca os brancos como humanos “genéricos”. Que na grande maioria das vezes evitam desafiar o racismo em suas vidas e sentem-se desobrigados de fazer um exame cuidadoso da posição que ocupam (Segrest, 2001) num cenário do qual obtêm privilégios. Dessa forma, é como se delegassem exclusivamente para os negros a tarefa de combater o preconceito e a discriminação, ficando estes incumbidos de lidar com esse sofrimento psíquico desnecessário.

6.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DO TESTE DE EVOCAÇÃO E DE SELEÇÃO DAS PALAVRAS PRINCIPAIS

Este teste antecedeu a realização das entrevistas. Como já justificado acima, na caracterização do procedimento de análise de dados, nos limitaremos à apresentação da listagem das evocações que ocorreram para as expressões indutoras (“*peessoa branca*” / “*peessoa negra*”), e a pontuar aspectos importantes quanto às reações observadas no momento de realização do teste. Segue abaixo a Tabela 2 de expressões, que foram associadas às expressões indutoras (“*peessoa branca*” / “*peessoa negra*”). As expressões **em negrito** correspondem às palavras principais selecionadas pelos participantes:

Tabela 2

Expressões associadas às palavras indutoras (“pessoa branca” / “pessoa negra”) e palavras principais, discriminadas por participantes

P	Expressões associadas							
	Cláudia	Rosângela	Lucas	Paulo	Lair	Joana	Sílvia	Tereza
PIN	Olodum Racismo Apartheid Cultura África	Pele À margem da Sociedade Ritmos Cotas Imagem	Desfavorecidos Pobre Afro Baianidade Preconceito	Bahia Cultura Afro Uniforme Desigualdade Submissão	Pobre Margi- nalizado Ritmo Exótico Contri- buição Cultural	Beleza Pai Deveriam ser mais valorizados Força História de Violência	Igualdade Desigualdade Preconceito Força Não respondeu	Cultura História Raça Racismo Discriminação
PIB	Europeu Eu mesmo Riqueza Sul do país Preconceito	Pele Acesso Hegemonia Status Imagem	Dominante Oportunidade Preconceituosos Diferença Desengonçado	Cabelos Loiros Boas Roupas Olhos Claros Europa Insegurança	Elite Social Padrão de Beleza NR NR NR	Trabalhos elitizados Melhores condições econômicas Competência ou privilégio? Mãe História de desonestidade	Preconceito Privilegiados NR NR NR	Dominação Raça Falsa Pureza História Cultura

Legendas: **P** = participante; **PIN** = palavra indutora “pessoa negra”; **PIB** = palavra indutora “pessoa branca”; NR = Não respondeu.

A média de duração para realização do teste foi de cerca de 10 minutos. Todas as pessoas preencheram as evocações para a expressão indutora “*peessoa negra*” mais rapidamente do que para “*peessoa branca*”. Enquanto preenchiam o teste, algumas falaram da dificuldade em espontaneamente escrever, vir à tona, palavras para a expressão “*peessoa branca*”. Havia gestos de pensamentos e reflexões antes de escrever. Em dois destes casos, Sílvia e Lair, somente conseguiram escrever duas palavras e entregaram o teste dizendo que não iriam em frente. Lair tomou bastante cuidado ao escrever as palavras para o teste de evocação, salientando aspectos das palavras que escrevia, explicando, com receio de ser mal interpretado. Também pontuou que algumas coisas que escreveu não eram segundo a visão dele, mas, por exemplo, como a visão injusta da sociedade. Sílvia disse que escrever espontaneamente foi difícil (“*Espontaneamente!!! É mais fácil você pensar no outro...*”), e não conseguiu completar as evocações também para “*peessoa negra*”. Escreveu somente duas evocações para “*peessoa branca*” e comentou que foi difícil esta última, pois nunca havia pensado em si como tal.

Rosângela, Cláudio, Paulo e Tereza concluíram o teste sem fazer comentários significativos durante a evocação. Joana comentou que foi mais difícil escrever conteúdos de evocação para “*peessoa branca*”. Quando perguntei sobre o motivo da dificuldade, ela disse que era porque tinha maior ligação com a cor negra.

Nos conteúdos das evocações para “*peessoa negra*” verificamos expressões que não são difíceis de serem reconhecidas como parte de um repertório do

imaginário local e nacional, da associação do negro com a desvantagem sócio-econômica, desigualdade racial e, por outro lado, o reconhecimento de natureza da história e cultura afro-brasileira que predominam no senso comum. Para “pessoa branca”, como já ressaltamos, houve dificuldades de associação e o que se obteve foi uma espécie de caracterização, com base na oposição, por exemplo, da desvantagem sócio-econômica do negro; palavras que ressaltam aspectos de poder e hegemonia; e outras que destacam o branco como portador de preconceito e de atributos físicos valorizados esteticamente.

O quadro geral constatado aqui, mesmo com a impossibilidade de determinarmos os elementos do núcleo central e os periféricos, nos traz a importante impressão de que a *gramática racial* das pessoas brancas é uma caixa fechada, a qual elas próprias têm dificuldade em acessar.

Conley (2001) menciona que ao solicitar aos afro-americanos nos Estados Unidos que listem adjetivos que descrevam a si próprios, a maioria coloca termos referentes à sua classificação racial logo no topo da lista. Quando se faz a mesma solicitação para alguém de descendência européia – este não foi o nosso caso –, a expressão “branco” geralmente surge no final da lista, caso seja listada.

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de análise e interpretação dos dados que se empreendeu envolveu bastante atenção para capturar os sutis deslocamentos nas falas, buscando identificar as expressões emocionais dos sujeitos que nos auxiliassem na decodificação de investimentos afetivos ao tratar de temas incômodos. Isto não quer dizer que substituímos a realidade por sua condição discursiva. O discurso em análise é prática social que gera processualmente as representações sociais. A investigação dos processos de mediação social pode revelar de que forma se estruturam àquelas representações, podendo daí depreender suas *nuances*.

Quando passamos a analisar representações sociais, estamos num outro nível que não o da centralização no sujeito individual, mas sim no nível dos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social. Fenômenos esses que não dizem respeito a um outro indivíduo exclusivamente, nem na exclusiva relação desses com o social. A análise aqui desenvolvida pautou-se em processos de mediação social que conferem uma estrutura peculiar às representações sociais (Jovchelovitch, 2003). E, “são as mediações sociais, em suas variadas formas, que geram as representações sociais. Por isso, elas são sociais – tanto na sua gênese como na sua forma de ser (p.81)”.

A partir dos depoimentos verificamos que o cientificamente comprovado difundido no jargão de que “somente existe uma raça: a raça humana” não faz

implodir o conhecimento do senso comum, seja por inacessibilidade às discussões científicas, seja por uma representação arraigada de que ser branco é o “normal”. Não se buscou identificar pessoas racistas, preconceituosas, ou as mais ou menos preconceituosas.

É digno de nota que as pessoas não contestam, pela observação das suas respostas, comentários e argumentos, o construto social de raça. Isso é importante de ser ressaltado, pois serve para mostrar o quão é escorregadia e polimorfa a noção de raça, mas principalmente é muito útil para informar que ela opera com muita força. Colocar que a raça não tem importância é contradizer características marcantes apresentadas nos discursos: podem em alguns momentos tentar quebrar com a racialização, negar a intensidade desse aspecto em suas vidas, mas demonstram a aceitação de uma sociedade dividida racialmente e marcada por desigualdades.

De fato tratam do tema considerando espontaneamente o grupo negro como diferenciado. E do seu grupo não se sabe falar muito, nem se pode falar muito. É, no mínimo, curiosa a situação de pessoas desracializadas, mas que possuem um olhar para e o conhecimento de uma “geografia racial do outro” (Piza, 2003). Vemos que, desse modo, o construto social de raça é importante princípio para organização da realidade. Como se fosse uma série de histórias, de ficção bastante verossímil, que contamos a nós mesmos a fim de nos situar no mundo (Conley, 2001).

A análise dos depoimentos faz ver que a inserção da pesquisa está numa intersecção temática que gera incômodos, ansiedades, principalmente pelo autocentramento na condição racial de branco.

As pessoas foram confrontadas com uma extensão e uma profundidade das camadas de coisas que ignoram mais ou menos inconscientemente, e que permearam e permeiam suas vidas: uma ignorância dos privilégios oriundos de desigualdades raciais. Embora existam, é claro, as pessoas que optam por ignorar o que acontece, e possa ser o psiquismo humano espantosamente hábil para criar defesas contra realidades desagradáveis (e pudemos verificar essa habilidade em alguns momentos, nas respostas e reações de constrangimento e incômodo nas entrevistas), é difícil continuar inabalavelmente agarrado a antigos pressupostos, e estritamente manter o discurso do politicamente correto diante do confronto com o desconhecimento, com a ignorância (Steyn, 2004).

À medida que vamos identificando os significados associados à branquitude, se revelam associações de idéias subjacentes nas representações sociais nela contida. O processo de elaboração das representações na situação de entrevista através dos discursos se dá em condição de atividade de reinterpretação contínua. Para Spink (2003), é nesse processo que reside o concreto objeto de estudo das representações sociais na perspectiva psicossocial.

A estratégia na utilização da técnica da entrevista de partir de assuntos e temas mais conhecidos do pesquisador e dos participantes permitiu a fluência do discurso, mas quando aconteceram as aproximações para o autocentramento,

para que os participantes fizessem contato com suas próprias racialidades, o que se observou foi uma estranheza, sensação de receio. De fato, o contato inesperado com algo com o que não estão habituados a reconhecer em si, ou pelo menos de uma outra forma não experimentada, ameaça o sentido de ordem das pessoas e a sensação de controle. Diante da ameaça, do incômodo, e tendo que dar conta, de alguma forma, daquilo que foi apresentado enquanto questão, surge também o sentimento de impotência, a estratégia da defesa para se proteger, e a projeção em um outro (Joffe, 2003).

Observa-se isso quando na discussão sobre privilégios, esse outro, que não fica explicitado, é que está implicado, ou então há uma evasão de poder, ao minimizar tal efeito advindo das desigualdades raciais. No momento em que os participantes falam do grupo familiar, a estratégia de defesa sofre modificações para proteção do grupo. Pode até ocorrer a exposição de alguns membros, como no caso de falarem sobre as pessoas mais velhas da família serem preconceituosas, mas há o cuidado em aliar o “ranço” de gerações passadas àquele preconceito como forma de amenizar a atitude criticável dessas pessoas.

A predominância de fatores como o não reconhecimento do privilégio, a argumentação da presença do racismo em gerações passadas, mais do que na geração presente, proteção do núcleo familiar; ponderações sobre o radicalismo dos movimentos negros ao exigirem políticas públicas, medidas legais e urgentes para promoção da igualdade racial, minimização da importância do aspecto racial, os quais permearam os temas discutidos, são pistas de uma tendência nas representações de branquitude que se relaciona com não assumir, não atrelar

responsabilidades, de momentaneamente desidentificar-se a si mesmo e ao grupo. O que, em nossa análise, se constitui numa evasão de poder. Poder esse constituído e mantido pelas e nas desigualdades raciais.

A confluência de fatores mencionada acima indica maneiras como os mecanismos psíquicos internos podem interagir com forças sociais para forjar representações sociais (Joffe, 2003). Da análise acima, verificamos que ainda que existam evidências (algumas que inclusive foram de alguma forma mencionadas pelos participantes) que levariam os participantes à tendência em atribuir a origem e a manutenção das desigualdades a um processo maior, bilateral, no qual o grupo em que investem sua imagem e pertença racial estaria implicado, o constante bombardeamento de representações que atribuem a persistência do preconceito e discriminação racial exclusivamente ao grupo negro cria a possibilidade de assumirem tais representações, e de sentirem-se distantes e insensíveis ao problema.

De maneira geral, houve um desconforto em falar da questão racial voltada para si. Exemplo disso foi quando as perguntas que cercearam a auto-identificação racial fizeram surgir o lado incômodo da branquitude e apareceram estratégias como reações de negação, fugas para a focalização no negro, falas evasivas, afirmação de que ser branco não significa nada, não tem nenhuma importância ser da raça branca (ou que se é indiferente à idéia de raça), que não há privilégios envolvidos, ou que eles são de outra ordem, que não a racial. Em suma, as estratégias de silenciar em torno da branquitude.

Ao final das entrevistas, perguntava-se aos participantes como havia sido a entrevista para eles, como se sentiram, se tinham alguma observação, sugestão a fazer. Nos momentos em que havia perguntas que se referiam à vivência de sua condição racial, os participantes geralmente faziam alguma outra pergunta, como se fosse para tentar realmente entender antes de responder; pediam para que explicasse melhor as perguntas ou faziam pausas antes de emitir opinião. Era como uma espécie de checagem para tentar entender se era mesmo aquilo que se estava perguntando. Reproduzimos abaixo alguns comentários dos participantes:

“...Nunca parei pra pensar mesmo, assim. Tanto é que quando você me fez as perguntas eu tive que, tipo, ‘Vamos ver, como é mesmo isso?’. Buscar referências pra tentar falar alguma coisa.” (Lucas)

“Eu acho que eu senti dificuldade de distinguir algumas coisas que você falou em relação ao negro e o branco, as vantagens, o acesso, algumas coisas assim, talvez eu não tenha conseguido responder direito...Eu acho que eu não tive informações, mesmo. Não consegui acompanhar seu raciocínio.” (Rosângela)

“Eu pensei se eu estava tendo opiniões preconceituosas... A gente pode acabar sendo preconceituoso ou não. Mas eu tentei deixar bem claro pra você que todas as minhas opiniões, elas não são deterministas. A minha intenção não era essa. **Eu meio que fiquei sem jeito, tipo, como é que eu vou conseguir falar pra ele o que eu penso de verdade, assim, sem que haja uma má interpretação do outro lado.** Mas eu achei interessante.” (Joana)

“Não, me senti incomodada com a minha falta de... assim... um negócio assim, meio confuso.” (Sílvia)

“Eu acho assim, que a grande dificuldade pra mim é que incomoda. A mim só, não, acho que a muita gente” (Cláudio)

“Não, só foi estranho, não estranho de preconceito, mas assim, como é a cara da entrevista, mas você deve levar em conta isso também. Por exemplo, eu não esperava que você fosse negro, que você fosse Rasta, que tivesse Rasta. Não sei se você pertence ao movimento negro ou não, mas parece que sim. Aparentemente seria um estereótipo. Então, logo de cara seria um choque. Então, assim ‘Puxa, só podia ser realmente um negro que toparia tal pesquisa. Que me convidaria. Que exigisse que fossem só brancos. Que participasse de movimentos negros’. Isso não é um incômodo não, mas assim, você vê logo na cara, aparece de vez... A p* da divisão racial já.” (Paulo)

Lucas relata que por nunca ter parado para pensar em si enquanto branco, teve que buscar referências para tentar falar alguma coisa. Rosângela concluiu que não teve informações para responder, que não conseguiu acompanhar o raciocínio do entrevistador. E Sílvia falou que se sentiu incomodada com a falta de alguma coisa, que não consegue definir o que é, e diz que se sentiu meio confusa. Nenhuma dessas observações que se relacionam com dificuldades de responder em momentos das entrevistas têm ligação com uma questão cognitiva dos participantes. Muito provavelmente estão relacionadas com a ausência, com a não necessidade da reflexão acerca da dimensão racial em suas vidas.

A preocupação de Joana em não ser mal interpretada foi bem perceptível em alguns momentos da realização da entrevista. Havia o receio que sua opinião pudesse ser interpretada como preconceituosa. Cláudio diz que sua grande dificuldade foi o incômodo, e estende o incômodo para “muita gente”. Paulo falou

que “a cara da entrevista” foi estranha. Provavelmente ele se refere aos temas explorados também, mas o que ele ressalta é que não esperava que o pesquisador, que havia se identificado para ele por telefone como mestrando em Psicologia, ao informar os objetivos da pesquisa e averiguar a sua disponibilidade em participar – e que ele aceitou prontamente –, fosse *negro, que fosse Rasta, que tivesse (cabelo) Rasta*.

Apesar dos cursos de Psicologia e de Ciências Sociais apresentarem diferenças significativas na composição de estudantes por cor/raça, elas não se mostraram enquanto influências no espectro de opiniões observado no conjunto das entrevistas. Ou seja, a convivência em maior ou menor grau com estudantes negros ou brancos não alterou significativamente a qualidade dos discursos dos sujeitos brancos.

O Curso de Psicologia da UFBA sempre teve um número muito maior de estudantes brancos que negros, e figura entre os cursos mais concorridos no vestibular da UFBA. O curso de Ciências Sociais tem uma proporção entre estudantes brancos e estudantes negros inversa.

Esta diferença na proporção da composição racial dos dois cursos configura-se em diferentes condições para as possibilidades de convivência entre eles, dada a oportunidade e frequência de contatos, o que pode vir a influenciar não apenas as relações entre os estudantes negros e brancos, mas, conseqüentemente, toda uma gama de representações associadas a estes grupos raciais, que abrange diversas áreas de suas vidas, para além do convívio

universitário. No entanto, em termos de resultados da pesquisa, a composição racial diferenciada dos dois cursos não se traduziu em diferenças nos depoimentos.

Ainda que o grupo de participantes estivesse, naquele momento, de passagem pela vida universitária, em contingências específicas que poderiam vir a influenciar nas relações raciais, estas não se iniciam na universidade, e nem tampouco acontecem somente dentro dela. Portanto, é importante a observação de que as representações dos estudantes que aqui foram descritas e analisadas estão também relacionadas a um contexto sócio-histórico, de vida pessoal, que foi indispensável para procedermos à análise das representações de branquitude.

Os participantes deste estudo cresceram em núcleos familiares integrados (pai, mãe, avós, irmãos). Alguns deles possuem laços de parentesco com negros, outros não. Em se tratando de pais, apenas uma pessoa tinha o pai negro. No entanto, ter crescido numa família integrada é diferente de crescer num ambiente integrado racialmente. Em nossa cultura e sociedade, a educação (doméstica, formal, escolar) envolve a circulação de ensinamentos verbalizados e não verbalizados que contribuem para a continuidade, mas também que tentam silenciar o preconceito racial, o que é muito diferente de combatê-lo.

A percepção de que se atravessou e ainda se convive em ambientes familiares e institucionais, bastante marcados pela segregação, é muito difícil de ser notada e reconhecida. É certo que não tivemos no último século em nosso

país um Apartheid⁵, como na História da África do Sul, nem vivemos um período com as características da época que vigorava a Jim Crow⁶, nos Estados Unidos, mas a nossa forma de segregar até hoje é notável em sua sutileza e força. Como declarou a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em recente entrevista: *“Nossa forma de segregação é tão sutil a ponto de acreditarmos que ela não existe”*⁷.

Por motivos tais como estas sutilezas, adotou-se como uma estratégia importante explorar as expressões de sentidos diversos dos conteúdos representacionais, principalmente o do investimento afetivo contido na formação e elaboração das representações – enfatizando estes afetos que surgiram em formas de ansiedades, incômodos, defesas, negações –, sem deixar de levar em conta o sujeito no processo histórico, o tecido social e a história em si de uma sociedade multirracial que ainda silencia sobre o preconceito e a discriminação racial mais do que trabalha pela sua abolição.

A teoria das representações sociais nos alerta ainda que as respostas emocionais não se originam em indivíduos isoladamente. Ainda considerando, de acordo com Sobrinho (1998), que a construção das representações se dá por sujeitos que ocupam uma determinada posição no espaço social, elas são o produto de representações acerca de um objeto que possui “relevância cultural” e “espessura social”. Ou seja, as representações se constituem em um saber efetivamente praticado, implicadas na prática social de um grupo (Sá, 1998) e

⁵ Prática extinta de segregação e discriminação racial na África do Sul.

⁶ Prática extinta de segregação de pessoas negras nos Estados Unidos.

⁷ Revista Caros Amigos, número 116, novembro de 2006, p. 35.

estão entrelaçadas pela sua emergência histórica, na trajetória de uma sociedade, e que se fazem presentes circulando no pensamento científico, no pensamento popular (Joffe, 2003).

8. REFERÊNCIAS

- Arruda, A. (2002). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In: _____ (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bento, M.A.S. (2003). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone & M.A.S. Bento (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Campos, P. H. F. (1998). As Representações Sociais de “Meninos de Rua”: Proximidade do Objeto e Diferenças Estruturais. In: A. S. P. Moreira & D. C. de Oliveira (Orgs.). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia, Editora AB.
- Carone, I. (2003). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: I. Carone & M.A.S. Bento. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Chaves, A.M. (2002). A vida e o viver em um internato: o ponto de vista de um grupo de meninos residentes. In: E.R. Lordelo; A.M.A. Carvalho, & S.H. Koller. (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador, BA: EDUFBA
- Chaves, E. V. (2006). *O racismo na trajetória escolar e profissional de professoras universitárias*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
- Conley, D. (2001). Universal freckle, or how I learned to be white. In: B. B. Rasmussen, E. Klinenberg, I. J. Nexica, & M. Wray (Eds). *The making and unmaking of whiteness*. Durham: Duke University Press.
- Duster, T. (2001). The “morphing” properties of whiteness. In: B. B. Rasmussen, E. Klinenberg, I. J. Nexica, & M. Wray (Eds). *The making and unmaking of whiteness*. Durham: Duke University Press.
- Duveen, G. (2003). O poder das idéias. In: S. Moscovici, *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ferreira, R. F. (1999). A construção da identidade do afro-descendente: a Psicologia brasileira e a questão racial. In: J. Barcelar & C. Caroso. (Orgs.). *Brasil, um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO.
- Frankenberg, R. (1999). *The social construction of whiteness: white women, race matters (7th printing)*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- Frankenberg, R. (1997). Introduction: local whiteness, localizing whiteness. In _____ Displacing *whiteness*. Minneapolis: Duke University Press.
- Frankenberg, R. (2001). The mirage of an unmarked whiteness. In B. B. Rasmussen, E. Klinenberg, I. J. Nexica, & M. Wray (Eds). *The making and unmaking of whiteness*. Durham: Duke University Press.
- Gallagher, C.A. (1997). White racial formation: into the twenty-first century. In: R. Delgado & J. Stefancic. (Orgs). *Critical white studies – looking behind the mirror*. Philadelphia: Temple University Press.
- Gaskell, G. (2004). Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Editores). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (3ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guimarães, S. A. G. (2002). *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34.
- Iñiguez, L. (2004). Prática da análise do discurso. In: L. Iñiguez (Coordenador). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (2004). Os processos psicossociais da exclusão. In: B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (5ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (2005). *Loucura e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Joffe, H. (2003) “Eu não”, “o meu grupo não”: representações sociais transculturais das aids. In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em representações sociais (8ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2003) Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em representações sociais (8ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lipsitz, G. (1998). *The possessive investment in whiteness: how white people profit from identity politics*. Philadelphia: Temple University Press.
- McIntosh, P. (1988). *White privilege: unpacking the knapsack*. Recuperado em 23 set. 2006: <http://www.case.edu/president/aaction/UnpackingTheKnapsack.pdf>
- Menin, M. S. de S. (2006, janeiro/abril). Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (1), 43-52.
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Munanga, K. (2003) Prefácio. In: I. Carone & M.A.S. Bento. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nascimento, E.L. (2003). *O Sortilégio da cor*. São Paulo: Summus.
- Piza, E. (2003). Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: I. Carone & M.A.S. Bento. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Poutignat, P. & Streiff-Fernat, J. (1998) *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 (Racismo, Pobreza e Violência)*. Recuperado em 14 abr. 2006: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rd>
- Rachleff, P. (2004). “Branquitude”: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. In: V. Ware (Org.). *Branquitude*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Ramos, A.G. (1957). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes.
- Rasmussen, B.B., Klinenberg, E., Nexica, I. J. & Wray, M. (2001). Introduction. In: _____ (Eds). *The making and unmaking of whiteness*. Durham: Duke University Press.
- Rey, F.G. (2002). La subjetividad: su significación para la Ciencia Psicológica. In: F.G. Rey & O. Furtado (Orgs). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rey, F.G. (2004). *O Social na Psicologia e a Psicologia Social: A emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ribeiro, M. (2006, novembro). Entrevista. *Revista Caros Amigos*, 116, 35.
- Roediger, D. (2004). Sobre autobiografia e teoria: uma introdução. In: V. Ware. (Org.). *Branquitude*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sansone, L. (2004). *Negritude sem etnicidade*. Salvador: EDUFBA / PALLAS.

- Sawaia, B.B. (1995). *Representação e ideologia – o encontro desfeticizador*. In: M.J. Spink. (Org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense.
- Segrest, M. (2001). The souls of white folks. In: B. B. Rasmussen, E. Klinenberg, I. J. Nexica, & M. Wray (Eds). *The making and unmaking of whiteness*. Durham: Duke University Press.
- Silva, A. C. da S. (2003). Por uma representação social do negro mais próxima e familiar. In: L. M. de A. Barbosa, P. B. G. e Silva & V. R. Silvério (Orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar.
- Silva, M.L. (1999). *Gostando mais de nós mesmos: perguntas e respostas sobre auto-estima e a questão racial (2ª. Ed. ampliada)*. São Paulo: Gente; Amma – Psique e Negritude / Quilombhoje.
- Silva, M.V.O. (2001). *Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil*. Conferência proferida no I Congresso Nacional Psicologia Ciência e Profissão - USP/São Paulo.
- Sobrinho, M. D. (1998). “Habitus” e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In: A. S. P. Moreira & D. C. de Oliveira (Orgs.). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia, Editora AB.
- Sodré, M. (2000). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil (2ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sovik, L. (2004). Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil. In: V. Ware. (Org.). *Branquidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária.
- Spink, M. J. (1995). O estudo empírico das Representações Sociais. In: M.J. Spink. (Org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense.
- Spink, M. J. (2003) Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch, (Orgs.) *Textos em representações sociais (8ª ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Steyn, M. (2004). Novos matizes da “branquidade”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: V. Ware (Org.). *Branquidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária.
- Tadei, E. M. (2002). A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. *Psicologia Ciência e Profissão*, 22 (4), 1-22.
- Tatum, B. D. (2003). Interview with Beverly Daniel Tatum. In: Race: the power of an illusion. Recuperado em 21 dez. 2006: http://www.pbs.org/race/000_About/002_04-background-03-04.htm

Ware, V. (2001). *Out of whiteness: color, politics, and culture*. Chicago: University Of Chicago Press.

Ware, V. (2004). Introdução: o poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: _____ (Org.). *Branquidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária.

ANEXO 1**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO****PESQUISA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE BRANQUITUDE NA
CIDADE DE SALVADOR-BA**

Sou estudante do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia e estou realizando, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Marcos Chaves, um estudo (entrevistas) sobre representações sociais de branquitude em Salvador-BA.

Gostaria que colaborasse neste estudo, fornecendo algumas informações. O objetivo do estudo não é o de avaliar os seus conhecimentos acerca do tema da pesquisa, mas de analisar e descrever as representações sociais a partir das informações fornecidas. Sendo assim, não há respostas certas ou erradas, interessa-me a sua opinião sincera.

Garanto que todas as informações serão mantidas em sigilo, assegurando o seu anonimato e me comprometo, ao final do trabalho, em fazer uma devolução dos resultados encontrados.

Caso aceite participar da pesquisa, peço que assine este documento, atestando a sua concordância.

Salvador (BA), de fevereiro de 2006.

Assinatura:

Nome:

RG:

ANEXO 2



TESTE DE EVOCAÇÃO E SELEÇÃO DAS PALAVRAS PRINCIPAIS

Nome:	
Idade:	Naturalidade:
Estado Civil:	Possui filhos: Sim <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/>
Ocupação atual:	Religião:
Bairro onde mora:	

<p>Passo 1 - Escreva nas linhas abaixo 5 (cinco) palavras que aparecem espontaneamente no seu pensamento, quando você pensa na expressão "pessoa negra":</p> <p>1. _____</p> <p>2. _____</p> <p>3. _____</p> <p>4. _____</p> <p>5. _____</p> <p>Passo 2 – Observando as palavras que escreveu acima (Passo 1), escolha as duas que você considera as mais representativas fazendo um "X" ao lado delas.</p>	<p>Passo 3 - Escreva nas linhas abaixo 5 (cinco) palavras que aparecem espontaneamente no seu pensamento, quando você pensa na expressão "pessoa branca":</p> <p>1. _____</p> <p>2. _____</p> <p>3. _____</p> <p>4. _____</p> <p>5. _____</p> <p>Passo 4 – Observando as palavras que escreveu acima (Passo 3), escolha as duas que você considera as mais representativas fazendo um "X" ao lado delas.</p>
---	--

ANEXO 3



PPGPSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FFCH - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

- ROTEIRO DE ENTREVISTA -

DADOS PESSOAIS

Nome: _____
 Data de Nascimento: _____
 Local de Nascimento: _____ Morou sempre em Ssa? _____
 Cor: _____
 Estado Civil: _____
 Religião: _____ Praticante? _____
 Bairro: _____
 Profissão e formação dos pais: _____
 Cor do Pai: _____
 Cor da Mãe: _____

Curso: _____ Ano de ingresso: _____ Semestre atual: _____

Cursou alguma faculdade antes?

Estudou o ensino fundamental em colégio público ou particular?

Verificação inicial: O que veio à sua mente quando foi convidado e aceitou participar desta pesquisa como entrevistado?

- 1) Você considera que na cidade de Salvador existe preconceito e discriminação racial contra pessoas negras?

- 2) Poderia falar em que momento da sua vida você passou a perceber a existência de diferenças, seja de qualquer natureza, entre pessoas negras e brancas?
- 3) De que modo (a partir de que?) você percebe diferenças de alguma natureza entre ser branco e negro?
- 4) Mesmo não tendo nunca participado ou tido contato com nenhum grupo, movimento ou discussão sistemática acerca do combate à discriminação racial, qual a sua opinião a respeito disso? Ações afirmativas, campanhas...
 - a) O que acha da implementação dessas iniciativas?
 - b) Você acha que os brancos podem desempenhar algum papel no combate à discriminação racial? [sim] Qual seria esse papel? [não] Por que?
- 5) Pensando num episódio que envolva discriminação racial contra uma pessoa negra, que tipo de consequências negativas você considera que possa haver para as pessoas envolvidas nessa situação?
- 6) Como você descreveria a percepção dentro da sua família sobre o preconceito e a discriminação racial contra os negros?
 - a) Houve algum episódio que tenha presenciado ou soube na família? O que acha da atitude? Onde você enxerga o preconceito e /ou discriminação racial nessa situação?
- 7) Para você o que significa ser branco?
- 8) Como você acha que os brancos percebem a si mesmos?
- 9) Como você acha que os negros percebem a si mesmos?
 - a) Como tem sido na sua trajetória de vida a convivência com pessoas negras (rel. interpessoal, afetivo, escolar, universitário ...)?
- 10) Você considera que há alguma espécie de privilégio, vantagem em ser branco? Você já vivenciou alguma experiência nesse sentido?
- 11) Antes da realização dessa entrevista você já havia feito alguma reflexão sobre sua condição racial?

Verificação final:

- 1) **Como foi para você a entrevista?**
- 2) **Sentiu resistência ou algum sentimento incômodo?**
- 3) **Tem algo para comentar?**

4) *Alguma sugestão?*

APÊNDICE 1

A EXPERIÊNCIA DO TIROCÍNIO DOCENTE

O tirocínio docente é atividade obrigatória para obtenção de créditos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia. O objetivo geral é preparar os estudantes para a atividade docente de nível superior e acontece sob a supervisão de um professor do Programa. Geralmente o mestrando é inserido numa disciplina ministrada na graduação pelo seu orientador (a) e assume algumas tarefas de ensino, mas também pode ser sugerida uma disciplina optativa (oferecida aos graduandos em época de matrícula) com ementa baseada na temática do projeto de pesquisa do mestrando,.

O meu caso foi este último. Havia já um desejo de criar uma ementa de disciplina para tratar da intersecção entre Psicologia e Relações Raciais. Juntou-se a isso o incentivo do meu orientador. A ementa da disciplina foi aprovada pelo Departamento de Psicologia, sob o nome “Psicologia e Estudos sobre Racismo (FCH-417)”. Na matrícula foram registradas vinte e três inscrições. Vinte alunos cursaram a disciplina regularmente até o final. Farei aqui um breve relato de momentos importantes da experiência de ministrar essa disciplina.

A turma tinha uma composição diversificada. Havia alunos que acabavam de ingressar na faculdade de Psicologia da UFBA (vindos de cursos de Psicologia de outras faculdades ou começando a vida acadêmica), outros já tinham cursado

cerca de cinquenta por cento da graduação, e também alguns muito próximos da conclusão do Curso de Psicologia. Excetuando uma minoria de estudantes que já tinham alguma inserção na discussão da temática racial por contatos extra-acadêmicos, os outros tiveram nessa disciplina o seu primeiro contato, ou uma aproximação mais concreta com a temática a partir de uma abordagem Psicológica. Deve-se também mencionar que era a primeira vez que, no Curso de Psicologia da UFBA, uma disciplina contemplava em sua ementa a questão racial de forma específica.

No início foi o momento de perceber a recepção dos estudantes a um tema majoritariamente desconhecido, não discutido dentro do Curso de Psicologia da UFBA, ainda com escassa produção na psicologia brasileira, e que causa incômodos, dentre outras reações, ao ser tratado. Com o decorrer das aulas a estratégia metodológica sofreu algumas alterações a fim de provocar uma maior reflexão e obter maior participação / retorno das questões colocadas.

Apresentei textos diversos que tratavam das produções sobre relações raciais no Brasil em aspectos variados, sempre destacando a dimensão psicológica, as relações com a produção desse campo do saber e também com a prática profissional.

Assistimos ao filme-documentário "*A Negação do Brasil*", de Joel Zito Araújo, que trata do papel do negro na telenovela brasileira. Muito provavelmente por serem as telenovelas e seus tipos de enredos muito conhecidos por todos, o documentário foi bastante apreciado e comentado. Fizemos relações das

situações apresentadas pelo diretor com o cotidiano, relembrou cenas para falar coisas mais específicas sobre as quais tinham refletido.

A abordagem da temática racial a partir dos estudos de Branquitude também era algo novo para o grupo. A maioria nunca havia escutado falar sobre estes estudos e exploramos bastante durante o semestre alguns capítulos do livro “Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil”. Destaquei a importância desse livro na produção da psicologia brasileira e até recomendei que investissem na compra dele, pois a leitura é muito proveitosa, reveladora e instigante.

Como resultado do processo, pouco a pouco os estudantes começaram a falar, a expor suas opiniões sobre os textos, apresentar suas opiniões, e é claro, o silêncio também esteve presente. Em um determinado ponto do semestre, mais situados nas discussões, ocorreram debates, falas que expressavam mudança na percepção acerca do preconceito e da discriminação racial; episódios acontecidos em casa, ou na rua com amigos... O tema das políticas de ações afirmativas, mais especificamente a implantação do sistema de cotas pela UFBA foi objeto de caloroso debate, que ocorreu de forma tão integrada que os próprios estudantes mediarão muito bem as discussões. Assumiam posições, argumentavam, contra-argumentavam.

Numa das aulas recebemos alunos do grupo de estudo de Psicologia e Racismo da Faculdade Baiana para o Desenvolvimento das Ciências, coordenado pela professora Marilda Castelar. Muito naturalmente, os grupos se misturaram e

discutiram textos previamente distribuídos. Ao final cada subgrupo apresentou suas produções.

As atividades de avaliação da disciplina foram a apresentação de um texto em seminário e a produção de um ensaio. As duas avaliações tiveram material de qualidade diversa. Uns com boas articulações, por vezes com associações e extrapolações relevantes. Outros ficaram mais centrados na discussão já levantada pelos textos de referência. Alguns foram bem superficiais diante do que já havíamos discutido em sala. Pareciam se perder em meio ao ponto de vista que queriam defender ou ficavam muito presos a uma questão, sem conseguir levá-la para direções relevantes.

Próximo ao final do curso fiz uma reunião com o grupo a fim de saber como se sentiam naquele momento. Estávamos perto de encerrar o curso e já se havia discutido muita coisa. Escutei nos depoimentos dos alunos que a disciplina havia proporcionado reflexões importantes: disseram que nunca haviam pensado em coisas como, por exemplo, os privilégios oriundos das desigualdades raciais ou a neutralidade racial das pessoas de cor/raça branca. A maioria da turma era de cor/raça branca (assim como o é o Curso de Psicologia da UFBA).

Um aluno relatou que nunca havia pensado em si como pessoa branca, de classe média, e que as suas até então as vantagens eram percebidas por ele exclusivamente como mérito, ou como consequência natural em sua vida, sem levar consideração as desigualdades raciais. Uma aluna relatou que para ela o contato com as discussões da disciplina levou a reflexões que ela considerava ser

coisas para se pensar dali em diante sobre a vida, e não somente para a sua prática profissional.

Foi uma experiência muito proveitosa ministrar a disciplina. Pelo desafio, pelos aprendizados e recompensas. Ocupei o papel de professor, também aprendi e fiz amizades. O cenário da disciplina, as discussões, várias vezes se aproximavam muito, em seu processo, do que eu estava desenvolvendo e vivenciando em minha pesquisa de Mestrado, e isto tornou a minha experiência positivamente intensa. Consolidei as minhas expectativas da necessidade e das possibilidades de abordar a temática racial num curso de Psicologia.